

TERMO DE REFERÊNCIA

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP) – MENOR PREÇO POR GRUPO –PREGÃO ELETRÔNICO

Contratação, **por Sistema de Registro de Preços – SRP**, de fornecimento, carga, transporte e descarga de equipamentos e máquinas para implantação de pequenas unidades têxtil voltadas para fomento da APL do artesanato e economia criativa em comunidades rurais difusas nos municípios do Estado de Pernambuco, área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf, que integrarão a Ata de Registro de Preços e respectivos contratos.

Setembro/2023

SUMÁRIO

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO	3
2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES	4
3. FORMA DE REALIZAÇÃO, MODO DE DISPUTA, REGIME DE EXECUÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO	8
4. LOCALIZAÇÃO DA ENTREGA OBJETO	9
5. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS	10
6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	11
7. VISITA AO LOCAL DA ENTREGA	12
8. PROPOSTA FINANCEIRA	13
9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	14
9.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	14
10. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	15
11. PRAZO DE EXECUÇÃO DO FORNECIMENTO E VIGÊNCIA DO CONTRATO	15
12. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	15
13. REAJUSTAMENTO	16
14. MULTAS	16
15. GARANTIA DE EXECUÇÃO	17
16. FISCALIZAÇÃO	18
17. RECEBIMENTO DEFINITIVO DO FORNECIMENTO	21
18. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	22
19. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	22
20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	26
21. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF	28
22. MATRIZ DE RISCO	29
23. CONDIÇÕES GERAIS	29
24. ANEXOS	30

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Fornecimento, carga, transporte e descarga, por Sistema de Registro de Preços - SRP, de equipamentos e máquinas necessárias para a implantação de pequenas unidades têxtil voltadas para fomento da APL do artesanato e economia criativa em comunidades rurais difusas nos municípios do Estado de Pernambuco área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf, discriminados em planilha abaixo apresentada e constante como Anexo II deste Termo de Referência.

Grupo	Item	CATMAT	DESCRIÇÃO	UN	QT	Valor por Item	Valor Total
1	1	481254	Máquina de Costura Overloque Industrial - Máquina de Costura Completa com mesa fôrmica, pé de ferro e motor acoplado ao cabeçote. Agulha e 3 fios com motor Direct Drive de alta eficiência, acoplado dentro do cabeçote.	un	95	R\$ 3.330,85	R\$ 316.430,75
	2	481694	Máquina de Costura Reta Industrial com Refilador - Máquina de Costura Completacom mesa fôrmica, pé de ferro e motor acoplado ao cabeçote.	un	95	R\$ 4.364,13	R\$ 414.592,35
	3	257977	Máquina de Costura Galoneira Industrial Direct Drive Bivolt - Máquina de CosturaCompleta com mesa fôrmica, pé de ferro e motor acoplado ao cabeçote.	un	95	R\$ 5.809,23	R\$ 551.876,85
	4	411722	Máquina de Costura Industrial Galoneira Fechada- Máquina de Costura Completa com mesa fôrmica, pé de ferro e motor acoplado ao cabeçote	un	95	R\$ 4.297,58	R\$ 408.270,10
	5	272656	Máquina Zigue Zague 20U com Lubrificação Automática - Máquina de CosturaCompleta com mesa fôrmica, pé de ferro e motor acoplado ao cabeçote	un	95	R\$ 2.691,54	R\$ 255.696,30
	6	238646	Máquina de Costura Interlock - Máquina de Costura Completa com mesa fôrmica, pé de ferro e motor acoplado ao cabeçote.	un	95	R\$ 3.502,52	R\$ 332.739,40
	7	485488	Máquina de costura reta ponto picado - Máquina de Costura Completa com mesa fôrmica, pé de ferro e motor acoplado ao cabeçote.	un	95	R\$ 4.707,75	R\$ 447.236,25
	8	485488	Máquina de Costura para Quilting e Patchwork - Máquina de CosturaCompleta com mesa fôrmica, pé de ferro e motor acoplado ao cabeçote	un	95	R\$ 4.049,24	R\$ 384.677,80
	9	485487	Máquina de Corte Direct Drive 4 velocidades	un	95	R\$ 745,22	R\$ 70.795,90
	10	481271	Máquina Costura Industrial Travete Direct Drive - Máquina de Costura Completacom mesa fôrmica, pé de ferro e motor acoplado ao cabeçote	un	95	R\$ 15.309,73	R\$ 1.454.424,35
	11	460720	Maquina de Cortar Viés de 1- faca - Máquina de Costura Completa com mesa fôrmica,pé de ferro e motor acoplado ao cabeçote.	un	95	R\$ 3.470,62	R\$ 329.708,90
TOTAL GERAL							R\$ 4.966.448,95

Tabela 01 – Insumos

Figuras 01, 02 e 03: Unidade familiar de produção têxtil.

FONTE: CODEVASF (2020)

2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

ÁREA DE REVITALIZAÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS – 3ª GRR/UDT – Unidade da administração superior da Codevasf, a qual está afeta as demais unidades técnicas que têm por competência a fiscalização e a coordenação dos fornecimentos objeto deste Termo de Referência.

CANTEIRO DE FORNECIMENTO – Local onde serão implantadas as estruturas fixas e/ou móveis do empreiteiro, com vistas a apoiar suas atividades de execução dos fornecimentos. Nestas estruturas estarão incluídas as instalações para as equipes de supervisão e eventualmente do pessoal de acompanhamento e controle da Codevasf.

CATMAT – É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de materiais, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br.

CATSERV - É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de atividades, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br.

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério da Integração Nacional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

COMO EXECUTADO – É a definição qualitativa e quantitativa de todos os fornecimentos executados, resultante do Projeto Executivo com as alterações e modificações ocorridas durante a execução dos fornecimentos, listas, planilhas, etc.

CONTRATADA – Empresa licitante selecionada e contratada pela Codevasf para a execução dos fornecimentos dos insumos.

CONTRATANTE – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba, doravante denominada Codevasf;

CONTRATO – Documento, subscrito pela Codevasf e a licitante vencedora do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos fornecimentos.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – Representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho, fornecimento, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços.

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos no Termo de Referência.

DOCUMENTOS DE CONTRATO – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos fornecimentos, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta financeira da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução do objeto.

DIÁRIO/LIVRO DE OCORRÊNCIAS – É uma espécie de memorial dos fatos ocorridos na execução dos fornecimentos, onde são descritos os acontecimentos mais importantes em um determinado dia: os fornecimentos feitos, os equipamentos utilizados - e por quantas horas -, as condições do clima, etc. Caso necessário, também podem ser descritos os problemas na execução dos fornecimentos, falhas nos equipamentos, etc.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – Documento que descreve, de forma precisa, completa e ordenada, os materiais e os procedimentos de execução a serem adotados na realização dos fornecimentos contratados. Têm como finalidade complementar a parte gráfica do projeto. São partes integrantes das especificações técnicas:

- a) Generalidades - incluem o objetivo, identificação dos fornecimentos, regime de execução, fiscalização, recebimento dos fornecimentos. Havendo caderno de encargos, este engloba quase todos estes aspectos.
- b) Especificação dos materiais - pode ser escrito de duas formas: genérica (aplicável a qualquer fornecimento) ou específica (relacionando apenas os materiais a serem usados na execução dos fornecimentos em questão).
- c) Discriminação dos fornecimentos - especifica como devem ser executados os fornecimentos, indicando traços de argamassa, método construtivo, de assentamento, forma de corte, montagem e arrumação de peças, tipo de revestimento e processo de aplicação, etc.

FISCALIZAÇÃO – Equipe da Codevasf indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

LICITANTE – Empresa habilitada para apresentar proposta.

MATRIZ DE RISCO – cláusula contratual definidora de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato, importantes no equilíbrio econômico-financeiro da avença, e previsão de eventual necessidade de prorrogação de termo aditivo quando de sua ocorrência;
- b) estabelecimento preciso das frações do objeto em que haverá liberdade das contratadas para inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em obrigações de resultado, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico da licitação;
- c) estabelecimento preciso das frações do objeto em que não haverá liberdade das contratadas para inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em obrigações de meio, devendo haver obrigação de identidade entre a execução e a solução pré-definida no anteprojeto ou no projeto básico da licitação.

NOTA DE EMPENHO – documento utilizado para registrar as operações que envolvam despesas orçamentárias, onde é indicado o nome do credor, a especificação e a importância da despesa;

ORDEM DE FORNECIMENTO - documento formal emitido pela Codevasf com as especificações detalhadas dos fornecimentos/produto individual (parte do CONTRATO) a ser elaborado pela CONTRATADA, para o qual o faturamento relacionado ao recurso é executado na conclusão.

SERVIÇOS DE ENGENHARIA – São todas as atividades relativas à execução das ações que envolva orientação de profissional da engenharia.

SIASG - é um conjunto informatizado de ferramentas para operacionalizar internamente o funcionamento sistêmico das atividades de gestão de materiais, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos. É utilizado por várias entidades da Administração Pública Federal (Ministérios, Secretarias, etc.). Pode ser acessado pelo site do

Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br.

PLANILHA DE CUSTOS DO VALOR DA PROPOSTA DA LICITANTE – Representa o produto do somatório do preço da Licitante de cada item discriminado, multiplicado pelos respectivos quantitativos, gerando o valor para execução do objeto que se pretende contratar.

PLANILHA DE CUSTOS DO VALOR DO ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA – Representa o produto do somatório do preço de referência da Codevasf de cada item discriminado, multiplicado pelos respectivos quantitativos, gerando o valor estimado para a reserva orçamentária e o limite para o pagamento do objeto que se pretende contratar.

PLANO DE TRABALHO – Documento que descreve a sequência de fases de uma tarefa ou a sequência de tarefas referentes a determinado os fornecimentos ou trabalho, indicando, inclusive, o tempo a ser gasto em cada uma.

PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL - PCA – consiste numa ferramenta de gerenciamento das atividades corriqueiras, relacionadas à questão ambiental, na fase de implantação e/ou execução das atividades, de forma a evitar, minimizar e controlar os impactos ambientais relacionados. Esse plano, elaborado por uma equipe especializada em meio ambiente, estabelece diretrizes e procedimentos para a aplicação adequada de medidas ambientais a serem executadas na Área Diretamente Afetada – ADA da atividade. Esse plano tem como objetivo geral assegurar, de forma integrada, que as ações ambientais aqui propostas, sejam implantadas, de forma a zelar pela qualidade ambiental.

Como objetivos específicos:

- a) Executar de forma a evitar, controlar e/ou mitigar os impactos ambientais associados;
- b) Estabelecer diretrizes que zelem pela melhor qualidade ambiental possível da água, solo, ar, fauna e flora;
- c) Executar trabalhos de educação ambiental junto aos operários;
- d) Evitar interferências negativas, das atividades desenvolvidas na execução das atividades e dos seus colaboradores sobre o meio ambiente.

PROJETO BÁSICO – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

- a) Desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza;
- b) Soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização da atividade e montagem;
- c) Identificação dos tipos de execução e de materiais e equipamentos a incorporar ao empreendimento, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para

o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;

- d) Informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para o atividade, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
- e) Subsídios para montagem do plano de licitação e gestão, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;

PROJETO EXECUTIVO – É o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa dos fornecimentos, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

PROPOSTA FINANCEIRA – Documento gerado pelo licitante que estabelece os valores unitário e global dos fornecimentos, apresentando todo o detalhamento dos custos e preços unitários propostos.

RELATÓRIO DE FORNECIMENTO – Documento a ser emitido pela CONTRATADA mensalmente, com o resumo da situação física e financeira, contendo: cumprimento da programação, ocorrências e recomendações, além de conclusões e projeções a respeito de prazos e custos.

REUNIÃO DE PARTIDA – Reunião com as partes envolvidas, CONTRATADA, Codevasf e fornecedores, onde se define todos os detalhes do plano de trabalho e dá-se o “start up” da execução dos fornecimentos.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da Codevasf, situada em Petrolina/PE, em cuja jurisdição territorial localizam-se os fornecimentos objeto deste Termo de Referência.

3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Superintendência Regional da CODEVASF localizada no município de Petrolina/PE no seguinte endereço: Rua Presidente Dutra, nº 160 - Bairro Centro CEP: 56.304-914, Petrolina – PE, Fone: (87) 3866-7700 - (87) 3866-7702

TERMO DE REFERÊNCIA (TR) – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os fornecimentos.

3. FORMA DE REALIZAÇÃO, MODO DE DISPUTA, REGIME DE EXECUÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO.

- 3.1. **Forma de Realização:** Forma eletrônica por meio de sessão pública realizada pela rede mundial de computadores (www.gov.br/compras/pt-br). O presente pregão eletrônico reger-se-á pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto nº 10.024/2019, no ambiente eletrônico, no sítio do Compras Governamentais: www.gov.br/compras/pt-br.
- 3.2. **Modo de disputa:** Aberto, conforme art. 32 do Decreto nº 10.024/2019.
- 3.3. **Regime de Execução:** Empreitada por Preço Unitário - Inciso I, Art. 42 e Art. 43 da Lei 13.303/2016
- 3.4. **Valor estimado:** Orçamento Público - em consonância aos §§1º, 2º, 3º e 4º, Art. 34, Lei nº

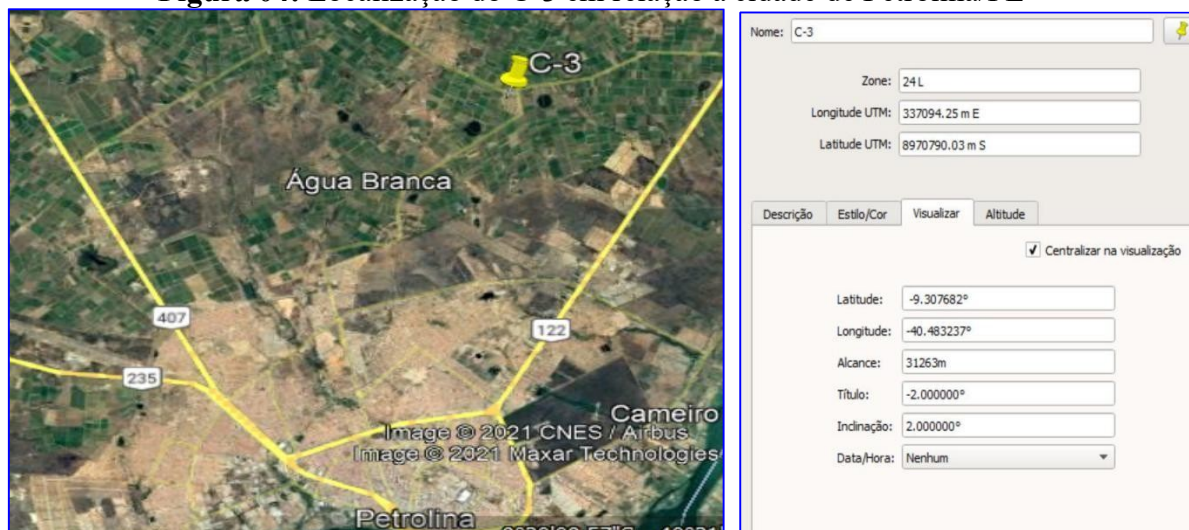
13.303/16, e ao Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU – Nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

- 3.5. **Critério de julgamento:** Menor Preço por Grupo- em conformidade com o Inciso I do Art. 54 Lei nº 13.303/16, e ao Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU –

4. LOCALIZAÇÃO DA ENTREGA OBJETO

- 4.1. Fornecimento, carga, transporte e descarga, por Sistema de Registro de Preços - SRP, de equipamentos e máquinas necessárias para a implantação de pequenas unidades têxtil voltadas para fomento da APL do artesanato e economia criativa em comunidades rurais difusas nos municípios do Estado de Pernambuco área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf.
- 4.1.1. Os bens objeto do deste Termo de Referência deverão ser entregues no depósito da Codevasf no Perímetro Público Irrigado Senador Nilo Coelho, localizado na PE-633, conhecida como estrada do C3, Zona Rural, Petrolina-PE, CEP 56300-000.
- 4.1.2. Como referência para o acesso ao C3, seguindo pela BR-428/122, a 12 km do Centro de Petrolina-PE, sentido Lagoa Grande/Recife, na margem esquerda da rodovia fica o acesso para a PE-633, conhecida como entrada do NH-8, nesta via percorre-se 4,80 km até alcançar o vila do C3, conforme apresentada na **figura 04**.

Figura 04: Localização do C-3 em relação a cidade de Petrolina/PE



FONTE: Google Earth (2021).

- 4.1.3. O fornecedor deverá contatar a Superintendência Regional da CODEVASF – 3ª/SR, através da Gerência Regional de Revitalização – 3ª/GRR, fone 87-3266.7761/7760, em dias úteis, no horário das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30, para informar ao Gerente, com antecedência mínima de 72 horas (três dias úteis) a respeito do dia e da hora previstas para entrega;

- 4.1.4. O meio de transporte e o acondicionamento dos bens devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade e qualidade dos mesmos. Todas as partes sujeitas a vibrações ou pancadas durante o transporte deverão ser travadas e/ou suportadas de forma a evitar danos aos objetos transportados.
- 4.1.5. O transporte, carga e descarga dos bens serão de exclusiva responsabilidade da licitante vencedora, não dispomos de mão de obra, nem de equipamentos de movimentação para estas funções.

5. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS

- 5.1. O objeto do presente pregão compreende o fornecimento, carga, transporte e descarga de equipamentos e máquinas necessárias para a implantação de 95 (noventa e cinco) pequenas unidades têxtil voltadas para fomento da APL do artesanato e economia criativa em comunidades rurais difusas nos municípios do Estado de Pernambuco área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf, conforme distribuídos no item 1 deste Termo de Referência.
- 5.2. A descrição e caracterização dos fornecimentos consta da Planilha de Custos do Valor do Orçamento de Referência, e Especificações Técnicas - Anexo II; e a Logomarca da Codevasf - Manual de Uso da Marca do Governo - Anexo III, respectivamente, deste Termo de Referência, que deverão ser observadas criteriosamente pelas licitantes.
- 5.3. O objeto do presente certame licitatório compreende basicamente os seguintes itens:
- a) **Máquina de Costura Overloque Industrial** - Máquina de Costura Completa com mesa fórmica, pé de ferro e motor acoplado ao cabeçote.;
 - b) **Máquina de Costura Reta Industrial com Refilador** - Máquina de Costura Completa com mesa fórmica, pé de ferro e motor acoplado ao cabeçote.;
 - c) **Máquina de Costura Galoneira Industrial Direct Drive Bivolt** - Máquina de Costura Completa com mesa fórmica, pé de ferro e motor acoplado ao cabeçote.;
 - d) **Máquina de Costura Industrial Galoneira** - Máquina de Costura Completa com mesa fórmica, pé de ferro e motor acoplado ao cabeçote.;
 - e) **Máquina Zigue Zague 20U com Lubrificação Automática** - Máquina de Costura Completa com mesa fórmica, pé de ferro e motor acoplado ao cabeçote.;
 - f) **Máquina de Costura Interlock** - Máquina de Costura Completa com mesa fórmica, pé de ferro e motor acoplado ao cabeçote.;
 - g) **Máquina de costura reta ponto picado** - Máquina de Costura Completa com mesa fórmica, pé de ferro e motor acoplado ao cabeçote.;
 - h) **Máquina de Costura para Quilting e Patchwork** - Máquina de Costura Completa com mesa fórmica, pé de ferro e motor acoplado ao cabeçote.;
 - i) **Máquina de Corte Direct Drive 4 velocidades** ;
 - j) **Máquina Costura Industrial Travete Direct Drive** - Máquina de Costura Completa com mesa fórmica, pé de ferro e motor acoplado ao cabeçote.;
 - k) **Maquina de Cortar Viés de 1- faca** -- Máquina de Costura Completa com mesa fórmica, pé de ferro e motor acoplado ao cabeçote.

- 5.4. A descarga dos equipamentos no local de entrega é de responsabilidade da empresa Contratada e a Codevasf não fornecerá os equipamentos de manuseio, devendo a contratada arcar com seus custos, tendo em vista que a Codevasf não dispõe, no local da entrega, nem de equipamentos nem de pessoal para as atividades de descarga dos equipamentos/materiais a serem adquiridos.
- 5.5. O meio de transporte e o acondicionamento dos itens objeto deste TR devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade dos mesmos.
- 5.6. Todo carregamento deverá ser acompanhado dos respectivos romaneios (completos) e notas fiscais.
- 5.7. O transporte, carga, descarga e montagem dos bens no local indicado no item 5.3 são de exclusiva responsabilidade da Contratada.
- 5.8. A solicitação, pela Codevasf, do fornecimento dos produtos licitados, poderá ser realizada de forma parcelada.**
- 5.9. Os bens ora licitados devem atender às recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (Lei nº. 4.150 de 21/11/62), no que couber e, principalmente, no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.
- 5.10. A licitante que não atender às especificações técnicas estabelecidas terá sua proposta desclassificada mesmo tendo sido habilitada no que diz respeito à documentação.
- 5.11. Por não ser a CODEVASF contribuinte do ICMS, fica estabelecido que a alíquota do imposto a ser destacada na nota fiscal será aquela praticada na operação interna, conforme art. 155, §2º, inciso VII, letra “b”, da Constituição Federal/88.
- 5.12. O ano de fabricação dos bens ofertados devem ser o mesmo da omissão da Ordem de Fornecimento ou da abertura das propostas.
- 5.13. Havendo divergência entre os valores publicados dos materiais no sistema do pregão no sítio do Compras Governamentais: www.gov.br/compras/pt-br e os valores contidos nas planilhas do edital, valerão sempre os valores contidos nas planilhas constantes no edital.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar da presente licitação:

- 6.1.1. Empresas do ramo, pertinente e compatível com o objeto desta licitação, nacionais ou estrangeiras, que atendam às exigências do TR e seus anexos;
- 6.1.2. As empresas estrangeiras poderão participar nas mesmas condições das empresas nacionais.

6.2. CONSÓRCIO

- 6.2.1. A licitação tem objeto único que não envolve especialidades de ramos distintos, logo não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de**

Consórcio de empresas¹.

- 6.2.2. Não será permitida a participação de consórcio, por se tratar de licitação de objeto único que não envolve especialidades de ramos distintos. Elucidamos ainda que, como não se trata de metodologia de execução de alta complexidade, o objeto a ser licitado não se enquadra sob o formato de licitação de contrato de mão de obra para execução sob a forma de cooperados e, portanto, dispensa a permissão de participação de empresas na forma cooperativa, conforme estabelece IN 05/2017².

6.3. SUBCONTRATAÇÃO

6.3.1. Não será permitida a subcontratação dos fornecimentos.

- 6.3.2. Em conformidade com Art. 78 da Lei 13.303/2016, não poderão ser objeto de subcontratação as parcelas de maior relevância e consideradas principais do objeto, mas tão-somente, aquelas que possam ser entendidas como atividades auxiliares, e que, por não dizerem respeito às atividades fim da CONTRATADA não são, muitas das vezes, objeto de execução diretamente pelas mesmas.

Conforme o art. 78 da Lei 13.303/2016:

“Art. 78. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da atividade ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista, conforme previsto no edital do certame”.

- 6.3.3. No caso específico deste certame, entende-se como atividades auxiliares às atividades de carga, descarga e transporte.

6.4. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA e EMPRESA DE PEQUENO PORTE

- 6.4.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 6/10/2015.
- 6.4.2. Em conformidade com o art. 44 da LC nº 123/2006 será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 6.4.3. Os licitantes classificados como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Art. 44 da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006 e Art. 6º do Decreto nº 8.538 de 06/10/2015), deverão declarar, no ato do envio de suas propostas, em campo próprio do sistema, que atende aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar 123, de 14/12/2006, para fazer jus aos benefícios previstos na referida Lei.

7. VISITA AO LOCAL DA ENTREGA

¹ **Nota Explicativa:** Segundo orientação da PR/AJ deverá sempre ser justificada a ACEITAÇÃO OU NÃO da participação de empresas sob a forma de Consórcio. Além disso poderá ser estabelecido um limite (quantidade) de empresas que podem compor cada consórcio, o que deverá ser justificado, conforme os exemplos abaixo:

² Da não admissão da participação de empresas sob a forma de consórcio: Por se tratar de licitação de objeto que não envolve especialidades complexas de ramos distintos, a participação sob o regime de consórcio não é justificada. Elucidamos ainda que o objeto a ser licitado não se enquadra sob o formato de licitação de contrato de mão de obra para execução sob a forma de cooperados e, portanto, dispensa a permissão de participação de empresas na forma de cooperativa, conforme estabelece IN 05/2017.

- 7.1. A visita aos locais do fornecimento ou das entregas **NÃO será obrigatória** - TCU Acórdão 1955/2014 Plenário -, porém, recomenda-se às licitantes que seja realizada a visita aos locais onde será executada a entrega e suas circunvizinhanças, por intermédio de pelo menos um técnico, indicado pela licitante, ou de seu representante legal ou responsável técnico, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.
- 7.1.1. É de inteira responsabilidade do licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais estabelecidos.
- 7.2. Os custos de visita ao local da entrega correrão por conta exclusiva da licitante.
- 7.3. Em caso de dúvidas sobre o local onde serão executadas as entregas, as licitantes deverão contatar com a Gerência Regional de Revitalização 3ª GRR da Codevasf, em Petrolina, no estado de Pernambuco, no telefone (87) 3866-7747 - (87) 3866-7761.

8. PROPOSTA FINANCEIRA

- 8.1. A Proposta Financeira, deverá ser firme e precisa, limitada rigorosamente ao objeto desta licitação, e não poderá conter condições ou alternativas não previstas neste TR e seus anexos.
- 8.2. A Proposta Financeira constitui-se dos seguintes documentos:
- a) Nome, endereço, cidade, estado e país do fabricante de cada bem ofertado;
 - b) As especificações técnicas claras, completas e minuciosas dos fornecimentos ofertados, em conformidade com este Termo de Referência, podendo ser apresentada sob a forma de literatura, catálogo, desenhos e dados;
 - b1) Caso o licitante venha a fazer observações quanto aos requisitos técnicos exigidos nas especificações, o mesmo deverá explicitar, em sua proposta, uma lista de desvios em relação ao exigido, informando razões que a levaram a apresentar tais observações, fato este sujeito a aprovação pela Codevasf.
 - c) Planilha de preços unitários e totais ofertados para os equipamentos/materiais, devidamente preenchidos, com clareza e sem rasuras, conforme modelo constante do Anexo II, que é parte integrante deste termo de Referência.
- 8.3. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data estabelecida para entrega das mesmas, sujeita a revalidação por idêntico período.
- 8.4. Nos preços unitários propostos, deverão estar incluídos todos os custos, seguro, transporte, carga e descarga do material, testes de fábrica e de campo, mão de obra, leis sociais,

encargos sociais, trabalhistas, previdenciárias, securitárias, tributos (ICMS, PIS, COFINS, IRRF, CSLL e IPI), e quaisquer encargos/taxas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, nos fornecimentos objeto deste termo de referência. No caso de omissão, considerar-se-ão como inclusas nos preços.

- 8.5. Para efeito do disposto no subitem acima a licitante deverá considerar a tributação plena até o local de entrega dos materiais, equipamentos, tubos e conexões, considerando que a Codevasf não possui inscrição estadual, sendo considerada consumidora final.
- 8.6. É de responsabilidade do licitante arcar com todos os tributos incidentes. A proposta deverá indicar em reais os preços dos materiais e fornecimentos ofertados, com menção discriminada da referida tributação. A concorrente será responsável por quaisquer acréscimos que ocorrerem pela não observância desta particularidade.
- 8.7. A contratada deverá apresentar, quando solicitado, catálogos, desenhos e dados, ou descrição detalhada, sobre forma de literatura, demonstrando as principais características construtivas e operacionais dos equipamentos objeto desta licitação, e compreenderá no mínimo o seguinte:
- a) Uma descrição detalhada das principais características técnicas e do desempenho dos bens, inclusive lista básica dos componentes com os respectivos fabricantes;
 - b) Desenhos preliminares dos equipamentos e materiais ofertados com dimensões, peso e demais características;
 - c) No caso da apresentação de catálogos de toda a linha de produtos do licitante, deve ser indicado claramente, quais os bens que constituem o objeto da proposta.
- 8.8. Não serão aceitas propostas com preços unitários e global superior ao valor orçado pela Codevasf, ou com os preços manifestamente inexequíveis.
- 8.9. Será considerada a melhor proposta, a que apresentar o MENOR PREÇO POR GRUPO, conforme critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1.1. A Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Atestado(s) em nome da licitante, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, descrevendo os fornecimentos de forma a permitir a constatação da experiência do licitante na execução de fornecimento de equipamentos, observando ou fornecimento similares ao objeto desta licitação;
- b) A comprovação da experiência deverá demonstrar fornecimento similar de no mínimo 30% do quantitativo do item desta licitação a que estiver concorrendo.
- c) É permitida ao licitante a soma de atestados para o atendimento das exigências, desde que todas em seu nome e de sua subcontratada na parte do fornecimento que

lhe cabe.

10. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. O valor estimado global para a contratação do objeto deste Termo de Referência que é o fornecimento, carga, transporte e descarga de equipamentos e máquinas necessárias para a implantação de 95 (noventa e cinco) pequenas unidades têxtil voltadas para fomento da APL do artesanato e economia criativa em comunidades rurais difusas nos municípios do Estado de Pernambuco área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf, que está inicialmente estimado de **R\$ 4.966.448,95 (quatro milhões, novecentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e noventa e cinco centavos)**, Preços referenciados de Agosto e Setembro de 2023, atendendo ao disposto na Lei nº 13.303, de 30/06/2016, e no Decreto nº 7.983, de 08/04/2013, já inclusos o BDI, encargos sociais, taxas, impostos e emolumentos, conforme indicado nas Planilhas de Quantitativo e Preços Orçamentários, constante do Anexo II deste Termo de Referência, sendo o valor máximo global aceito pela Codevasf.
- 10.2. O orçamento estimado estará disponível permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 10.3. A indicação da dotação orçamentária somente é exigida para a formalização do Contrato ou instrumento equivalente, conforme estabelecido no art. 7º, § 2º do Decreto n.º 7.892, de 23/01/13.

11. PRAZO DE EXECUÇÃO DO FORNECIMENTO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 11.1. O prazo máximo para execução do objeto deste TR é de 120 dias, a partir da data de emissão da Ordem de Fornecimento, conforme especificado abaixo, podendo ser prorrogado, mediante manifestação expressa das partes:

12. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 12.1. Os pagamentos serão efetuados em reais, com base nas medições mensais, dos fornecimentos efetivamente executados, obedecendo aos preços unitários apresentados pela CONTRATADA em sua proposta, e contra a apresentação da Fatura/Notas Fiscais, devidamente atestada pela fiscalização da Codevasf, formalmente designada, e do respectivo Boletim de medição referente ao mês de competência, observando-se o disposto nos subitens seguintes:
- a) 100% (cem por cento) após a entrega no local de recepção, com o atesto da nota fiscal de agente fiscalizador indicado pela CODEVASF que estará no local para essa tarefa.
- 12.1.1. A Codevasf somente pagará à CONTRATADA pelos fornecimentos efetivamente executados, com base nos preços integrantes da proposta aprovada e, caso aplicável, a incidência de reajustamento e reequilíbrio econômico financeiro e atualização financeira.
- 12.1.2. Somente serão pagos os materiais atestados pelo fiscal do contrato.
- 12.1.3. Nos preços apresentados pela Licitante deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução dos fornecimentos, de acordo com as condições previstas no

Edital e seus anexos, constituindo-se na única remuneração possível de ser atribuída pelos

fornecimentos contratados e executados.

13. REAJUSTAMENTO

13.1. REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 13.1.1. Os preços ofertados em **Ata serão fixos e irreajustáveis**. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador (Codevasf) promover negociações junto às licitantes participantes, observadas as disposições do Capítulo VIII do Decreto n.º 7.892/2013.

13.2. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 13.2.1. **Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis**, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas no art. 81 da Lei nº 13.303/2016 ou de redução dos preços praticados no mercado.

14. MULTAS

- 14.1. Nos casos de inexecução total do contrato, por culpa exclusiva da CONTRATADA, cabe a aplicação de multa de 10% (dez por cento) do contrato, independente das demais sanções previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos.
- 14.2. Nos casos de inexecução parcial do objeto, por culpa exclusiva da CONTRATADA, será cobrada multa de 10% (dez por cento) do valor da parte não executada do contrato, sem prejuízo da responsabilidade civil e perdas das garantias contratuais.
- 14.3. Nos casos de atrasos na execução das entregas descritas no cronograma físico do objeto ou no atendimento às exigências contratuais e editalícias, por conta exclusiva da CONTRATADA, aplicar-se-á multa moratória conforme os graus de penalidades estabelecidos abaixo:

Graus de Penalidade:

Grau 01 – multa de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso;

Grau 02 – multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia;

Grau 03 – multa de 0,2% por dia sobre o valor total do item estimado no cronograma físico-financeiro para o período;

Grau 04 – multa de 0,2% por dia sobre o valor contratual atualizado.

Tabela 02 – Inadimplências e o respectivo grau de penalidade

Inadimplências	Grau de Penalidade
a) Pelo não atendimento à determinação estipulada pela FISCALIZAÇÃO, no prazo por ela estabelecido, desde que seja comunicada à CONTRATADA através do registro Livro de Ocorrências ou por outro documento escrito.	01
b) Pela não apresentação de itens exigidos em cláusulas editalícias ou contratuais, dentro do prazo estabelecido.	02
c) Por dificultar ou impedir o acesso da FISCALIZAÇÃO a documentos, materiais e canteiros.	02
d) Pelo atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos no Cronograma Físico do objeto, desde que injustificados ou cuja justificativa não tenha sido aceita pela FISCALIZAÇÃO.	03

e) Pelo atraso na conclusão do objeto, em conformidade com o prazo contratado ou aditado.

04

14.4. Comprovando o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela FISCALIZAÇÃO, em relação a um dos eventos arrolados na **Tabela 02**, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

14.5. Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela Codevasf, após regular processo administrativo, observando-se o seguinte.

- a) A multa será descontada da garantia prestada pela contratada;
- b) Caso o valor da multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;
- c) Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a contratada será convocada para complementação do seu valor no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da convocação;
- d) Não havendo qualquer importância a ser recebida pela contratada, esta será convocada a recolher à Gerência de Finanças da Codevasf – 3ª GRA/UFN o valor total da multa, no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data da comunicação.

14.6. O licitante vencedor terá um prazo inicialmente de 10 (dez) dias úteis para defesa prévia e, posteriormente, diante de uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, terá mais um prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de cientificação da aplicação multa, para apresentar recurso à Codevasf. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da Superintendência Regional/Sede, que procederá ao seu exame.

14.7. Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela Autoridade Competente da Codevasf (Resolução nº 406/2022), que poderá rejeitar ou não a multa.

14.8. Em caso de relevação da multa, a Codevasf se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.

14.9. Caso a Autoridade Competente da Codevasf (Resolução nº 406/2022) mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.

15. GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. Como garantia para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser previamente integralizada à assinatura do mesmo, em espécie, Seguro Garantia emitida por seguradora autorizada pela SUSEP ou Fiança Bancária, a critério da contratada.

- 15.2. A garantia a que se refere o subitem acima deverá ser entregue na da Área 3ª GRR/UDT ou 3ª GRA/UFN da Codevasf, até a data da assinatura do contrato.
- 15.3. A garantia na forma de Carta de Fiança Bancária ou seguro garantia deverão estar em vigor e cobertura até o final do prazo previsto para assinatura do Termo de Encerramento Definitivo do Contrato, devendo mantê-la atualizada a garantia até 90 (noventa) dias após o recebimento provisório do objeto contratado.
- 15.4. Após a assinatura do Termo de Encerramento Físico do contrato será devolvida a “Garantia de Execução”, uma vez verificada a perfeita execução do objeto contratual.
- 15.5. A garantia em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela Codevasf, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da Codevasf.
- 15.6. A não integralização da garantia representa inadimplência contratual, passível de aplicação de multas e de rescisão, na forma prevista nas cláusulas contratuais.
- 15.7. Por ocasião de eventuais aditamentos contratuais que promovam acréscimos ao valor contratado ou prorrogações de prazo contratual, a garantia prestada deverá ser reforçada e/ou renovada, de forma a manter a observância do disposto no caput desta cláusula, em compatibilidade com os novos valores e prazos pactuados.
- 15.8. Não haverá qualquer restituição de garantia em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão, hipótese em que a garantia reverterá e será apropriada pela Codevasf.
- 15.9. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:
- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
 - b) Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;
 - d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

16. FISCALIZAÇÃO

- 16.1. A fiscalização do contrato, bem como a fiscalização da execução dos fornecimentos, será feita por empregado formalmente designado, a quem compete verificar se a CONTRATADA está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram e competências definidas no Manual de Contrato.
- 16.2. A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se o Licitante vencedor mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

- 16.3. A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando fornecimentos que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas vigentes relacionadas ao objeto deste Termo de Referência e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a Contratada a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos materiais, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.
- 16.4. A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer fornecimento que não esteja sendo executado dentro dos termos do contrato, dando conhecimento do fato à Área de (especificar a área responsável pela execução do contrato), responsável pela execução do contrato.
- 16.5. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.
- 16.6. Acompanhar a execução dos fornecimentos objeto do contrato, “in loco”, como representante da Codevasf, de forma a garantir o cumprimento do que foi pactuado, observando para que não haja subcontratação do fornecimento, vedados no instrumento assinado pelas partes.
- 16.7. Esclarecer dúvidas ou fornecer informações solicitadas pelo preposto/representante da CONTRATADA ou, quando não estiverem sob sua alçada, encaminhá-las a quem compete.
- 16.8. Tratar diretamente com a equipe de apoio à fiscalização contratada pela Codevasf, quando houver, exigindo atuação em conformidade com o instrumento do contrato, cobrando a presença de técnicos no local do fornecimento. emissão de relatórios, boletins ou outros documentos que se façam necessários ao fiel cumprimento do objeto.
- 16.9. Informar ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante sobre o andamento do fornecimento.
- 16.10. Efetuar os registros diários no Livro de Ocorrência.
- 16.11. Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da CONTRATADA, no total ou em parte, dos fornecimentos nos quais forem detectados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 16.12. Acompanhar o cumprimento, pela CONTRATADA, do cronograma físico-financeiro pactuado, encaminhando ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, eventuais pedidos de modificações, substituições de materiais e equipamentos, solicitados pela CONTRATADA.
- 16.13. Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão do empreendimento ou em relação a terceiros, cientificando-a da possibilidade de não conclusão do objeto na data aprazada, com as devidas justificativas.

- 16.14. Rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com o instrumento contratual.
- 16.15. Notificar a CONTRATADA sobre quaisquer ocorrências encontradas em desconformidade com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação.
- 16.16. Manter em arquivo organizado memória de cálculo dos quantitativos de fornecimento executados e os consequentes boletins de medição.
- 16.17. Encaminhar à Contratada cópia da Licença Ambiental, se houver, caso contrário, cópia da legislação de dispensa do referido documento.
- 16.18. Atestar as notas fiscais e encaminhá-las ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, para providências quanto ao pagamento.
- 16.19. Receber e encaminhar ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, para providências, os pedidos de reajuste/repactuação e reequilíbrio econômico financeiro.
- 16.20. Manter controle sobre o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e encaminhar processo ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, no caso de solicitação de prorrogação do prazo de vigência contratual.
- 16.21. Analisar e emitir nota técnica referente aos pedidos de prorrogação de prazos, de interrupções na execução do objeto, de fornecimentos extraordinários, de modificações no projeto ou alterações relativas à qualidade, à segurança e outras, de modo a subsidiar a decisão final pela autoridade competente.
- 16.22. Informar à unidade de finanças, mediante Termo de Encerramento Físico – TEF, quanto ao término da vigência do contrato, para providências no sentido de liberação da garantia contratual em favor da CONTRATADA.
- 16.23. Receber as etapas dos fornecimentos mediante medições precisas e de acordo com as regras contratuais.
- 16.24. Informar ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante as ocorrências relacionadas à execução do contrato que ultrapassarem a sua competência de atuação, objetivando a regularização das faltas ou defeitos observados.
- 16.25. Receber provisoriamente as aquisições sob sua responsabilidade, mediante recibo ou Termo Circunstanciado, enquanto não for designada comissão de recebimento ou outro empregado, para o recebimento definitivo.
- 16.26. Acompanhar e cobrar da CONTRATADA a execução de planos ou programas ambientais, quando houver, bem como o cumprimento das condicionantes da licença ambiental, também quando houver, tomando providências para minimizar impactos de acidentes ambientais.
- 16.27. Realizar vistorias do fornecimento e verificar sua conformidade com as normas aplicáveis e com as orientações técnicas, indicações de segurança e uso de Equipamentos de Proteção

Individual – EPI's.

- 16.28. Acompanhar a execução dos fornecimentos contratados, verificando a correta utilização quantitativa e qualitativa dos materiais e equipamentos empregados, com a finalidade de zelar pela manutenção da qualidade adequada.
- 16.29. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.
- 16.30. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.
- 16.31. A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se a CONTRATADA mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

17. RECEBIMENTO DEFINITIVO DO FORNECIMENTO

- 17.1. Após o término do fornecimento objeto deste TR, a CONTRATADA requererá à Codevasf, através da Fiscalização, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data da solicitação dos mesmos.
- 17.2. O recebimento do objeto, após a sua conclusão, obedecerá ao disposto no descrito abaixo:
 - a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
 - b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.
 - b1) O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- 17.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos no Edital.
- 17.4. Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere este item não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.
- 17.5. Os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta do contratado.

- 17.6. A Codevasf rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com o contrato.
- 17.7. A Codevasf, por meio da fiscalização, terá 90 dias para verificar a adequação dos fornecimentos recebidos com as condições contratadas, vistoriar os equipamentos disponibilizados e emitir parecer conclusivo sobre o empreendimento.
- 17.8. Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os itens fornecidos e rejeitados.
- 17.9. A CONTRATADA entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:
- a) Emissão, pela Codevasf, do Atestado de Execução dos fornecimentos;
 - b) Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF);
- 17.10. Aceitos e aprovados dos fornecimentos, a Codevasf emitirá o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA, possibilitando a liberação da prestação de garantia.
- 17.11. O Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF) está condicionado à emissão de Laudo Técnico pela Codevasf sobre todos os fornecimentos executados.
- 17.12. A última fatura de fornecimento somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

18. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

- 18.1. A CONTRATADA deverá atender à legislação pertinente à proteção da integridade física e da saúde dos trabalhadores durante a realização dos fornecimento, conforme dispõe a Lei nº 6.514 de 22 de dezembro de 1977, que altera a CLT, Portaria nº 3.214 do Ministério do Estado do Trabalho, de 08/06/1978, do ISSO e deverá:
- a) Cumprir e fazer cumprir as Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho – NRs, pertinentes à natureza dos fornecimentos a serem desenvolvidos;

19. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 19.1. A contratada deverá executar os fornecimentos em conformidade com as regras e recomendações dos órgãos ambientais das esferas municipal, estadual e federal.
- 19.2. A Codevasf deverá atentar-se aos critérios e práticas estabelecidos pelo Decreto nº 7.746, de 05/06/2012, que regulamentou o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes.
- 19.3. O Decreto nº 7.746/2012, em seu art. 2º, estabelece que na aquisição de bens e na contratação de fornecimentos, a administração pública federal direta, autárquica e

fundacional e as empresas estatais dependentes adotarão critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos e, em seu art. 4º, considera como critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

- a) Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e dos fornecimentos;
- f) Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- g) Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos fornecimentos e utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

19.4. Na execução dos fornecimentos será exigido o pleno atendimento da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010, onde a CONTRATADA deverá adotar as seguintes providências:

- a) Deverá ser priorizado o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operações públicas.
- b) Deverá fazer o uso obrigatório de agregados reciclados nos fornecimentos contratados, sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais.
- c) Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, e a coleta seletiva do papel para reciclagem, promovendo sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, nos termos da IN MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995, e do Decreto nº 5.940/2006, ou outra forma de destinação adequada, quando for o caso.
- c1) Os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva.
- d) Otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:
 - I) Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
 - II) Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
 - III) Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
 - IV) Racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;
 - V) Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos,

observadas as normas ambientais vigentes;

VI) Treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição.

- e) Utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);
- f) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos fornecimentos;
- g) Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- h) Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:
 - I) Pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;
 - II) Lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;
 - III) Pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.

19.5. A CONTRATADA deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05 de julho de 2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e suas alterações, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, nos seguintes termos:

- a) O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
- b) Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05 julho de 2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
 - b.1) Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de reservação de material para usos futuros;
 - b.2) Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
 - b.3) Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua

- reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- b.4) Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- c) Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação de aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- d) Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a CONTRATADA comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.”
- 19.6. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23 de junho de 2005, a CONTRATADA deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:
- a) Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005 e legislação correlata;
- b) Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23 de junho de 2005, e legislação correlata;
- c) Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23 de junho de 2005, e legislação correlata.
- 19.7. Se houver a aquisição de bens, a CONTRATADA deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, conforme a instrução normativa SLTI/MP nº 01/2010:
- a) Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- b) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do

Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

- c) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- d) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

19.8. A CONTRATADA deverá comprovar a adoção de práticas de desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização.

20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

20.1. A contratada fica obrigada a garantir o funcionamento pleno de todos os equipamentos e componentes fornecidos.

20.2. A contratada deverá investir em medidas de **promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público**, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei 12.846/2013, do Decreto nº 8.420/15, da lei 13.303/2016, e da Política de Integridade da Codevasf, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.

20.3. A contratada deverá apresentar, quando solicitado, catálogos, desenhos e dados, ou descrição detalhada, sobre forma de literatura, demonstrando as principais características construtivas e operacionais dos equipamentos objeto desta licitação, e compreenderá no mínimo o seguinte:

- d) Uma descrição detalhada das principais características técnicas e do desempenho dos bens, inclusive lista básica dos componentes com os respectivos fabricantes;
- e) Desenhos preliminares dos equipamentos e materiais ofertados com dimensões, peso e demais características;
- f) No caso da apresentação de catálogos de toda a linha de produtos do licitante, deve ser indicado claramente, quais os bens que constituem o objeto da proposta.

20.4. A descarga dos equipamentos/materiais adquiridos deve ser avisada via e-mail ou telefone, com antecedência mínima de 3 (três) dias da data da entrega, de modo a permitir o acompanhamento do recebimento dos materiais a serem entregues.

20.5. A CONTRATADA deverá apresentar à Codevasf antes do início dos fornecimentos, os seguintes documentos:

- a) Plano de trabalho detalhado para os fornecimentos propostos;
 - b) Cronograma físico-financeiro, detalhado e adequado ao Plano de Trabalho referido na alínea acima;
- 20.6. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e manter situação regular junto ao Cadastro Informativo de Créditos do Setor Público Federal – CADIN, conforme disposto no Artigo 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.
- 20.7. Apresentar-se sempre que solicitada, através do seu Responsável Técnico e/ou Coordenador dos trabalhos, nos escritórios da CONTRATANTE em Brasília/DF ou Superintendências Regionais.
- 20.8. Assumir a inteira responsabilidade pelo transporte interno e externo do pessoal e dos insumos até o local dos fornecimentos.
- 20.9. Utilização de pessoal experiente, bem como de equipamentos, ferramentas e instrumentos adequados para a boa execução dos fornecimentos.
- 20.10. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos causados às estruturas, instalações elétricas, cercas, equipamentos, etc., existentes no local ou decorrentes da execução do objeto desta licitação, bem como pelos danos que vier causar à Codevasf e a terceiros.
- 20.11. Exercer a vigilância e proteção de todos os materiais e equipamentos durante o fornecimento.
- 20.12. Colocar tantas frentes quantos forem necessários (mediante anuência prévia da fiscalização), para possibilitar a perfeita execução do fornecimento dentro do prazo contratual.
- 20.13. Responsabilizar-se pelo fornecimento de toda a mão de obra, sem qualquer vinculação empregatícia com a Codevasf, bem como todo o material necessário à execução dos fornecimentos objeto do contrato.
- 20.14. Todos os acessos necessários para permitir a chegada dos equipamentos e materiais no local de fornecimento deverão ser previstos, avaliando-se todas as suas dificuldades, pois os custos decorrentes para melhoria destes acessos correrão por conta da CONTRATADA.
- 20.15. Responsabilizar-se pelo fornecimento de toda a mão de obra, sem qualquer vinculação empregatícia com a Codevasf, bem como todo o material necessário à execução dos fornecimentos objeto do contrato.
- 20.16. A CONTRATADA deverá manter um Preposto, aceito pela Codevasf, para representá-la na execução do objeto contratado.
- 20.17. A CONTRATADA deve assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos produtos fornecidos e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.
- 20.18. Promover a substituição dos profissionais integrantes da equipe técnica somente quando

caracterizada a superveniência das situações de caso fortuito ou força maior, sendo que a substituição deverá ser feita por profissional de perfil técnico equivalente ou superior e mediante prévia autorização da Codevasf.

- 20.19. A CONTRATADA deverá conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores ou empregados do órgão ou entidade CONTRATANTE e dos órgãos de controle interno e externo.
- 20.20. A CONTRATADA deverá comunicar à Fiscalização toda a mobilização de pessoal e equipamentos, quando da chegada ao local de realização dos fornecimentos, a qual deverá ser devidamente anotada no Caderno de Registro, para acompanhamento e controle da Codevasf.
- 20.21. A CONTRATADA e a equipe técnica ambiental deverão apresentar o certificado do registro no Cadastro Técnico Federal de Instrumentos de Defesa Ambiental, mantido pelo IBAMA, de acordo com a Resolução CONAMA nº. 01 de 13 de junho de 1988 e IN-IBAMA nº. 10, de 17 de agosto de 2001.
- 20.22. A CONTRATADA será responsável por quaisquer acidentes de trabalho referentes a seu pessoal que venham a ocorrer por conta do fornecimento contratado e/ou por ela causado a terceiros.
- 20.23. Caberá à CONTRATADA obter e arcar com os gastos de todas as licenças e franquias, pagar encargos sociais e impostos municipais, estaduais e federais que incidirem sobre a execução do fornecimento do objeto do contrato.
- 20.24. O cronograma de implantação deverá ser atualizado antes do início efetivo dos fornecimentos, em função do planejamento previsto pela CONTRATADA e dos fornecimentos de responsabilidade da Codevasf, e atualizado/revisado periodicamente conforme solicitação da fiscalização.
- 20.25. Durante a execução dos fornecimentos, caberá à CONTRATADA as seguintes medidas:
- a) Obedecer às normas de higiene e prevenção de acidentes, a fim de garantir a salubridade e a segurança nos acampamentos e nos locais de fornecimentos.
 - b) Responder financeiramente, sem prejuízo de medidas outras que possam ser adotadas por quaisquer danos causados à União, Estado, Município ou terceiros, em razão da execução dos fornecimentos.

21. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF

- 21.1. Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral deste Contrato.
- 21.2. Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.
- 21.3. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.
- 21.4. Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.

- 21.5. Rejeitar todo e qualquer fornecimento inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.
- 21.6. Emitir parecer para liberação das faturas, e receber os fornecimentos contratados.
- 21.7. Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.

22. MATRIZ DE RISCO

- 22.1. A matriz de risco está apresentada no Anexo IV deste Termo de Referência com o objetivo de definir as áreas a que está exposta à execução do objeto, advindas de eventos supervenientes à contratação, dado relevante para sua identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência, bem como para o dimensionamento das propostas pelas licitantes.
- 22.2. A contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade na Matriz de Risco é da Codevasf.
- 22.3. A contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, sem limitação, daqueles alocados para a contratada.
- 22.4. Constitui peça integrante do contrato a matriz de riscos, independentemente de transcrição no instrumento.
- 22.5. A contratada tem pleno conhecimento, quando da participação do processo licitatório, na natureza e extensão dos riscos por ela assumidos e ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.
- 22.6. O termo risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do objeto contratual. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere impactos econômicos positivos ou negativos, bem como no prazo de execução do contrato.
- 22.7. Sempre que atendidas as condições do contrato e mantidas as disposições do contrato e as disposições da matriz de risco, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.
- 22.8. A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou aditivo de prazo nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na matriz de risco.
- 22.9. Os casos omissos na matriz de risco serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.
- 22.10. A referida matriz de risco é parte integrante do contrato, pois tais obrigações são de resultado e devidamente delimitadas neste TR.

23. CONDIÇÕES GERAIS

- 23.1. O resultado do fornecimento objeto do certame licitatório, incluindo os desenhos originais,

as memórias de cálculo, as informações obtidas e os métodos desenvolvidos no fornecimento, serão de propriedade da Codevasf, e seu uso por terceiros só se realizará por expressa autorização desta.

- 23.2. Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transições.

24. ANEXOS

- 24.1. São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência:
- Anexo I: Justificativas;
 - Anexo II: Planilha de Custos do Valor do Orçamento de Referência e Especificações Técnicas;
 - Anexo III: Logomarca da Codevasf - Manual de Uso da Marca do Governo;
 - Anexo IV: Matriz de Risco.
 - Anexo V: Código de Conduta Ética e Integridade

Petrolina/PE, 12 de Setembro de 2023

Roberta Freire d Aguiar de Almeida
Analista em Desenvolvimento
Regional 3ª GRR/UDT

DE ACORDO:

Elijalma Augusto Beserra
Analista em Desenvolvimento
Regional Chefe da 3ª GRR/UDT

EDILÁSIO WANDERLEY

Superintendente Regional da 3ª SR da Codevasf



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

ANEXO I: JUSTIFICATIVAS

A. Finalidade:

Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade do fornecimentos previstas no Termo de Referência (TR) e que aqui, após relacionadas, passam a integrar o TR que versa sobre o processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, por Sistema de Registro de Preços – SRP, objetivando promover a contratação de uma empresa com vista a realização do fornecimento, carga, transporte e descarga de equipamentos e máquinas necessárias para a implantação de pequenas unidades têxtil voltadas para fomento da APL do artesanato e economia criativa em comunidades rurais difusas nos municípios do Estado de Pernambuco área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf.

B. Da adoção pelo uso do PREGÃO ELETRÔNICO:

A modalidade de licitação é **Pregão Eletrônico** considerando que se trata de bens comuns e visa ampliar a competição, permitindo a obtenção de um melhor preço pela administração, com a possibilidade de lances e negociação direta pelo pregoeiro, conforme art. 1º da Lei Federal nº 10,520, de 17 de julho de 2002.

A técnica envolvida na execução do fornecimento do objeto desta licitação é amplamente conhecida no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva de execução, conforme consta das Especificações Técnicas que integrarão o Edital e as planilhas de quantidades e preços máximos.

Nesta modalidade de licitação o essencial para a eficácia da licitação, é que o escopo de fornecimento sejam bem definidos e especificados de forma precisa e suficiente para identificar o produto final a ser obtido, para tanto procurou-se instruir o Termo de Referência e Especificações Técnicas de forma a definirem de maneira criteriosa e objetiva o escopo do fornecimento e dos serviços que serão contratados. Tendo em vista que nos termos do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, indique que:

Art. 9º O edital de licitação para registro de preços observará o disposto nas Leis nº 8.666, de 1993, e nº 10.520, de 2002, e contemplará, no mínimo:

I - a **especificação ou descrição do objeto**, que explicitará o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

II - estimativa de quantidades a serem adquiridas pelo órgão gerenciador e órgãos participantes;

III - estimativa de quantidades a serem adquiridas por órgãos não participantes, observado o disposto no § 4º do art. 22, no caso de o órgão gerenciador admitir adesões;



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

- IV - quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item, no caso de bens;
- V - condições quanto ao local, prazo de entrega, forma de pagamento, e nos casos de serviços, quando cabível, frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem utilizados, procedimentos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;
- VI - prazo de validade do registro de preço, observado o disposto no caput do art. 12;
- VII - órgãos e entidades participantes do registro de preço;
- VIII - modelos de planilhas de custo e minutas de contratos, quando cabível;
- IX - penalidades por descumprimento das condições;
- X - minuta da ata de registro de preços como anexo; e
- XI - realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade. (Redação dada pelo Decreto nº 9.488, de 2018) (Vigência)

Modalidade Licitação eletrônica facilita a participação de um maior contingente de licitantes, neste certame será adotado o critério de julgamento de **Menor Preço por grupo** - nos termos do Art. 54 Lei nº 13.303/16, e Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU –, visando a contratação de empresa com vista a realização da fornecimento, carga, transporte e descarga dos aquisição, **por Sistema de Registro de Preços - SRP**, de equipamentos e maquinas necessárias para a implantação de pequenas unidades têxtil voltadas para fomento da APL do artesanato e economia criativa em comunidades rural difusas nos municípios do Estado de Pernambuco área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf, objetivando o fortalecimento da produção familiar nos municípios pernambucanos atendidos pela CODEVASF.

C. Da adoção do “TIPO MENOR PREÇO POR GRUPO”:

Muito embora o Art. 8º do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, indique que:

Art. 8º O órgão gerenciador poderá dividir a quantidade total do item em lotes, quando técnica e economicamente viável, para possibilitar maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços (BRSIL, 2013).

Durante a realização dos estudos não foi identificado fundamentos que justificasse, exclusivamente, a organização da planilha orçamentária por item, considerado que o projeto de implantação de ações de inclusão produtiva na atividade textil necessite de todos os equipamentos para atender seu potencial pleno, fato que sugere a formação de grupo em decorrência do “princípio da padronização”.

Assim sendo, considerando que a licitação por grupo possa vir a possibilitar a contratação do fornecimento do conjunto de equipamentos necessários para completar todo o processo produtivo por um preço justo e benéfico para a administração, optou-se por fazer a licitação POR GRUPO no esforço de não causar prejuízo ao erário e acreditando na possibilidade de atender plenamente as quantidades e condições do objeto do processo e à implantação de ações de inclusão produtiva na atividade textil com vista ao fomento da APL do artesanato e economia criativa em comunidades rurais difusas nos municípios do Estado de Pernambuco, buscando o desenvolvimento da produção familiar nos municípios atendidos pela CODEVASF.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

D. Justificativas:

O processo licitatório se justifica por se tratar de empreendimento de interesse público, que busca fomentar e a promoção do fortalecimento, qualificação de atividades produtivas e promover a estruturação das cadeias produtivas da produção e industrialização de produtos primários, artesanato e economia criativa e organização de processos produtivos focado e evidenciando na agricultura e atividades familiar em comunidades rurais difusas das microrregiões do sertão de pernambucano, todas inseridas na bacia hidrográfica do Rio São Francisco, para tanto foi desenvolvido o projeto de implantação e montagem de pequenas unidades têxtil voltadas para o fomento da APL do artesanato e economia criativa em comunidades rural difusas nos municípios do Estado de Pernambuco.

Esta intervenção representou um marco para a agricultura familiar, haja vista, propor a difusão da pequenas unidades têxtil em comunidades rural difusas permitirá que atividades não rurais possam ser realizadas nestas comunidades, em especial, naqueles momentos em que os membros das comunidades, não possam está realizado suas atividades agrícolas em decorrência de problemas climáticos e hídricos. Logo as Unidades Têxtil podem ser vistas como uma forma de promover o desenvolvimento do grupo de agricultores familiares de baixa renda de forma paralela as sua atividades produtivas já praticadas.

Essa intervenção também justifica-se pelo fato das atividades relacionadas as APL da apoio a produção e industrialização de produtos primários, artesanato e economia criativa e organização de processos produtivos, fazerem parte do plano de atuação desenvolvido pela Codevasf voltado para as APL's, neste processo, a companhia vem promovendo ações de qualificação, incentivo e apoio das cadeias produtivas, bem como a estruturação das atividades típicas e tradicionais praticadas por associações e comunidades, possibilitando sua organização em Arranjos Produtivos Locais - APLs.

Estas APL's necessitam ser entendidos como atividades culturais e econômicas, que vêm sendo praticadas por um contingente significativo de individuais, na forma de empreendimento, em um determinado território, sendo portanto sua atividade produtiva predominante, o que se adequa ao caso da cultura têxtil nos municípios do Sertão de Pernambuco, região onde a maquina de costura é um elemento tão presente quando as ferramentas e utensílios relacionados a agricultura. Dessa forma a atividade têxtil também é parte da atividade produtiva da familiar sendo portanto uma atividade primordial para a economia produtiva dos pequenos agricultores da região.

E. Da adoção Sistema de Registro de Preços (SRP):

Este item pretende indicar os motivos que levaram a optar pela escolha da opção de realizar a licitação por Sistema de Registro de Preços (SRP), para tanto tomou-se como base as fundamentações legais prevista no art. 3º, inciso I, do Decreto 7.892/2013, segundo o qual: vigente, segundo a qual o SRP poderá ser usado nas seguintes hipóteses:

- i. Quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;**
- ii. Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;**



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

- iii. Quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo;
- iv. Quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Tomando como fundamento esta legislação optou-se pela aplicação do “**Sistema de Registro de Preços - SRP**” neste procedimento, que foi determinada pela necessidade regular de aquisição do bem especificado neste instrumento, tendo em vista os resultados apresentados por outras Superintendências da Codevasf nos últimos anos, pelo aprimoramento da infraestrutura dos municípios inseridos na área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf e principalmente pelo desenvolvimento produzido pela indústria têxtil nas cidades de Santa Cruz do Capibaribe, Surubim, Caruaru, Toritama que se evidenciam por possuírem um destacado parque industrial voltado para a produção têxtil, no agreste pernambucano.

Alem disso, as características dos serviços necessários para a implantação de 95 (noventa e cinco) pequenas unidades têxtil voltadas para fomento da APL do artesanato e economia criativa de comunidades rural difusas em municípios do Estado de Pernambuco, será desenvolvida nos mesmo moldes do que já vem sendo implantado por outras Superintendências da Codevasf, em Especial na 1ª SR/MG. Todavia como são unidades distintas será conveniente a aquisição de bens, realização dos serviços, com entregas parceladas, permitindo a adequação das necessidades e formação de cada grupo de trabalhadores.

F. Da não divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP):

Devido a aproximação do novo ciclo da estiagem ou ausência de chuvosa na região do sertão pernambucano, existe em certa medida uma determinada urgência em realização desta contratação, a qual deverá ficar pronta antes do período sem chuvas para que possam servir de fonte para os trabalhadores beneficiados logo pode ser necessário a não divulgação de interesse de registro, fato que deverá ser ponderado pela 3ª SL.

Quanto aos motivos da dispensa da divulgação da intenção de registro de preços (IRP), por parte de órgão gerenciador, o Advogado da União, Ronny Charles, indica que: Quanto a possibilidade de motivação da dispensa da divulgação da intenção de registro de preços (IRP), por parte de órgão gerenciador, o Advogado da União, Ronny Charles, indica que:

O Decreto federal nº 7.892/2013 previu expressamente o procedimento de Intenção de Registro de Preços – IRP, para a divulgação dos procedimentos licitatórios iniciados com a utilização do SRP, ainda na fase interna, para que os demais órgãos e entidades possam ter conhecimento da futura licitação, unindo sua pretensão contratual ao certame gestado e tornando-se um órgão participante. Nos termos do regulamento, **a divulgação da intenção de registro de preços poderá ser dispensada, de forma justificada, pelo órgão gerenciador. Diversos motivos podem justificar a não divulgação da intenção de registro de preços, entre eles: necessidade de conclusão célere do procedimento; especificidade da contratação; dificuldades operacionais; experiências anteriores negativas com o uso do IRP, entre outros.** O regulamento optou por não limitar as justificativas possíveis, atitude foi correta, pois situações



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

concretas podem tornar inadequado ou inconveniente este procedimento. (BRSIL, 2013).

Desta forma, em decorrência da especificidade do bem, e das dificuldades operacionais e logísticas, a CODEVASF usufruirá o direito facultado no Art. 4º, § 1º do 7.892/2013 e do Decreto nº 8.250/2014, ponderando pela dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP).

G. Da admissão de adesão dos órgãos não participantes:

Será permitido a adesão a Ata de Registro de Preços, tendo em vista que esse procedimento permite promover a eficiência nas contratações públicas pois, por serem mais céleres, facilitam o planejamento da gestão, promovem economicidade ao contratar pelo melhor preço e pouco custo.

§ 4º O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem. (Redação dada pelo Decreto nº 9.488, de 2018) (Vigência)

Além de otimizar a gestão, sem se afastar-se dos princípios da Administração Pública quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, economicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, pode ser ainda uma alternativa de contratação no caso de necessidade de execução orçamentária, observando no caso em concreto a urgência na aquisição dos referidos bens.

Por outro lado a experiência tem demonstrado que as adesões são ferramentas para otimizar o serviço público, no que diz respeito a eficiência e celeridade nas aquisições públicas, isso porque a contratação de bens e serviços no âmbito do Poder Público depende de uma série de procedimentos custosos, lentos e burocráticos. Já um procedimento de adesão a uma licitação torna bem mais simples e célere uma contratação necessária e urgente pelos órgãos públicos, inclusive pelas Superintendências Regionais da Codevasf. Não obstante ser auto-evidente a vantagem de uma adesão, esta se coloca como uma exceção ao dever de licitar.

H. Justificativa da adoção do valor estimado público:

Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

I. Da subcontratação:

Objeto a ser licitado caracteriza-se como sendo **um serviço comum, de pequeno vulto, facilmente executável por empresa que atuem na área**, não havendo necessidade de subcontratação das parcelas de maior relevância e consideradas principais do objeto, mas tão



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

somente, aquelas que possam ser entendidas como atividades auxiliares, e que, por não dizerem respeito às atividades fim da CONTRATADA não são, muitas das vezes, objeto de execução diretamente pelas mesmas.

Conforme o art. 78 da Lei 13.303/2016:

“Art. 78. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista, conforme previsto no edital do certame”.

No caso específico deste certame que tem como objetivo a aquisição de equipamentos, tabulações e conexos necessárias para a implantação de 95 (noventa e cinco) pequenas unidades têxtil voltadas para fomento da APL do artesanato e economia criativa de comunidades rural difusas em municípios do Estado de Pernambuco, **entende-se como atividades auxiliares os serviços de carga, descarga e transporte.**

J. Da necessidade da contratação:

As políticas públicas voltadas para a solução das carências do semiárido nordestino, apesar de terem proporcionado alguns progressos, ainda não conseguiram melhorar substancialmente os indicadores sociais da região, que se situam entre os mais baixos do país. Contudo, é possível dizer que hoje há um consenso entre políticos e administradores, partilhado por grande parte da população brasileira, quanto a urgência da **adoção de medidas capazes de melhorar a qualidade de vida da população da região e de reduzir sua dependência econômica de atividades produtivas temporárias ou mesmo de verbas governamentais**, as quais muitas vezes não são suficientes para evitar o colapso das atividades produtivas rurais, sobretudo na agropecuária, impede a fixação do homem no campo e provoca a migração da população para as cidades.

As cadeias produtivas vinculadas com as APL's relacionadas com o apoio a produção e industrialização de produtos primários, artesanato e economia criativa e organização de processos produtivos, vêm ao longo dos anos propiciando a geração de inúmeros postos de trabalho, possibilita a permanência do homem no campo, sendo considerada de grande importância para o desenvolvimento regional, pois apresenta alternativas de ocupação e renda para o produtor rural, além de garantir segurança alimentar, como pode ser visto nas cidades de Santa Cruz do Capibaribe, Surubim, Caruaru, Toritama, municípios que se destacam por possuírem um destacado parque industrial voltado para a produção têxtil.

Nesse contexto, a implantação dos parques têxtil nas microrregiões do Alto e Médio Capibaribê, em especial nas cidades de Santa Cruz do Capibaribe, Surubim, Caruaru, Toritama, onde existem destacados parque industrial voltado para a produção têxtil, mostrou-se uma ação extremamente exitosa, o que autoriza a planejar que a atividade têxtil, em outras regiões, desde que apoiadas, com o tempo, possa vir a torna-se o que atualmente representa a fruticultura irrigada, a apicultura e a caprinovinocultura no processo de geração de riquezas para a região.

K. Regime de execução:



O processo em estudo trata de licitação para a aquisição de equipamentos e máquinas necessários para a implantação de 95 (noventa e cinco) pequenas unidades têxtil voltadas para fomento das APL's do artesanato e economia criativa em comunidades rurais difusas de municípios do Estado de Pernambuco, área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf, repetindo ações semelhantes realizadas pela 1ª SR em Minas Gerais e pela 6ª SR no Estado da Bahia, logo não existe novidades na execução do serviço, mas que pode variar, em conformidade com traços culturais a serem desenvolvidos.

Tomando como referência a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ao falar em regimes de execução diz que:

Art. 42. Na licitação e na contratação de obras e serviços por empresas públicas e sociedades de economia mista, serão observadas as seguintes definições:

I - empreitada por preço unitário: contratação por preço certo de unidades determinadas;

II - empreitada por preço global: contratação por preço certo e total;

III - tarefa: contratação de mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de material;

IV - empreitada integral: contratação de empreendimento em sua integralidade, com todas as etapas de obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas às finalidades para as quais foi contratada;

V - contratação semi-integrada: contratação que envolve a elaboração e o desenvolvimento do projeto executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto, de acordo com o estabelecido nos §§ 1º e 3º deste artigo;

VI - contratação integrada: contratação que envolve a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto, de acordo com o estabelecido nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo (BRASIL, 2016).

Conciliando a legislação e os casos concretos que serviram de exemplo, e tomando como base os sucessos já obtidos pela Codevasf, o que se pretende neste processo é promover a difusão deste empreendimento em municípios reconhecidamente detentores de potencial relacionados com a produção têxtil, como ocorre com alguns municípios da região de Itacuruba/PE, ou



mesmo em Pesqueira/PE, mas existe a possibilidade de adequação do sistema ao local de implantação, mesmo preservando-se o princípio do projeto, essa possibilidade, por menor que seja, indica a dificuldade da utilização do regime de execução por empreitada por preço global: contratação por preço certo e total, o qual é disposto no Inciso II, art. 42, da Lei 13.303/16.

Por outro lado, dentro em vista uma maior eficiência na execução, o método de remuneração capaz de gerar uma maior segurança administrativa e jurídica, e realizar o pagamento **por preço certo de unidades determinadas**, o qual é disposto no Inciso I, art. 42, da Lei 13.303/16, sendo que o mesmo permite que seja paga o que foi efetivamente executado e medido sendo portanto uma forma justa de realizar negócio, logo este regime de execução é o mais apropriado para o objeto da licitação, pois serão pagos somente os serviços efetivamente executados, mediante medições mensais, dos preços unitários propostos pela contratada.

Por tudo o que foi anteriormente apresentado optou-se por adotar o regime de execução por Empreitada por **Preços Unitários, com pagamento de preço certo de unidades determinadas**, onde o pagamento será feito com base nas medições das unidades efetivamente executadas.

L. Participação de Consórcios:

Optou-se por não permitir a participação de Consórcio tendo em vista o fato do objeto em questão não é considerado de alta complexidade ou vulto, sendo, portanto, improvável a geração de algum fator técnico, operacional ou econômico, que venha privar a participação de empresas consideradas do ramo para execução do presente objeto.

Note-se que "...a aceitação de consórcios na disputa licitatória situa-se no âmbito do poder discricionário da administração contratante, conforme art. 33, caput, da Lei n. 8.666/1993, requerendo-se, porém, que sua opção seja sempre previamente justificada no respectivo processo administrativo, conforme entendimento dos Acórdãos de ns. 1.636/2006-P e 566/2006-P" - TCU Ac n. 2869/2012-Plenário (Item 1.7.1).

Além do que o custo de montagem de um consórcio com a finalidade de participar de uma licitação deste nível não justificaria os gastos/investimentos para atender às seguintes regras:

- A. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança será da empresa brasileira;
- B. As empresas consorciadas apresentarão instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, assinado por todas elas, indicando a empresa líder, que será a responsável principal, perante a CONCEDENTE, pelos atos praticados pelo Consórcio, sem prejuízo da responsabilidade solidária
- C. Por meio do referido instrumento a empresa líder terá poderes para requerer, transigir, receber e dar quitação;
- D. Apresentação individualizada da documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico-financeira, à regularidade fiscal e à regularidade trabalhista;
- E. As consorciadas poderão somar seus quantitativos econômico-financeiros, na proporção da respectiva participação no Consórcio, para o fim de atingir os limites fixados neste Edital relativamente à qualificação econômico-financeira;
- F. As empresas consorciadas não poderão participar da licitação isoladamente, nem por intermédio de mais de um consórcio;



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

- G. Após a apresentação a qualificação, não poderá haver qualquer alteração na composição do consórcio;
- H. As empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase da licitação quanto na fase de exploração econômica do objeto da concessão;
- I. Caso o consórcio seja o vencedor da licitação, ficará obrigado a promover a sua constituição e registro antes da assinatura do Termo de Concessão;
- J. Caso o consórcio seja o vencedor da licitação, após a assinatura do contrato, eventuais operações societárias promovidas por seus participantes, bem como as alterações de composição do consórcio, deverão ser comunicadas à Codevasf, para verificação de suas implicações para a execução do objeto da contratação, o qual poderá ser rescindida em qualquer hipótese de prejuízo ou elevação de risco para o seu cumprimento.

M. Participação de Cooperativa:

A princípio **não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Cooperativas**, tendo em vista as características do fornecimento objeto desta licitação não possibilitar ao participante do processo atender as exigências da IN MPOG 05/2017 especificamente em autonomia aos cooperados, conforme:

Art. 10. A contratação de sociedades cooperativas somente poderá ocorrer quando, pela sua natureza, o serviço a ser contratado evidenciar:

I - a possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a **não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados**, nem entre a Administração e os cooperados (IN MPOG 05/2017).

Finalmente deve ser destacada a Súmula 281 do TCU, que ainda não foi revogada, indica:

Ser vedada a participação de cooperativista em licitações quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade (Súmula 281, aprovada pelo Acórdão TCU 1.789/2012 - Plenário, de 11 de julho de 2012).

N. Cota Reservada a ME/EPP:

Fatos relatados pelo setor de licitação indica que vem sendo ocorrendo casos em que a ampla concorrência tem um preço menor que o do mesmo item, as vezes de qualidade superior ao indicados pelas ME's e EPP's; desvirtuando o objeto da legislação e mesmo da licitação, pensando nisso optou-se por adotar a justificativa apresentada pelo Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, que "regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades de consumo nas contratações



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

pública de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.”. Esse Decreto em seu art. 8º estabelece:

Nas licitações para a aquisição de bens de natureza divisível, e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou o complexo do objeto, os órgãos e as entidades contratantes deverão reservar cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

§1º O disposto neste artigo não impede a contratação das microempresas ou das empresas de pequeno porte na totalidade do objeto.

§2º O instrumento convocatório deverá prever que, na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

§3º Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

§4º Nas licitações por Sistema de Registro de Preço ou por entregas parceladas, o instrumento convocatório deverá prever a prioridade de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvadas aos casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou condições do pedido, justificadamente.

§5º Não se aplica o benefício disposto neste artigo quando os itens ou os lotes de licitação possuírem valor estimado de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), tendo em vista a aplicação da licitação exclusiva prevista no art. 6º.

Como pode ser observado no próprio Decreto nº 8.538/15, em seu art. 10, autoriza a desconsideração dos preços ofertados por MEs e EPPs, in verbis:

Art. 10. Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando:

(...)

II – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

(...)

IV – o tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º.

Parágrafo único. Para o disposto no inciso II do caput, considera-se não vantajosa a contratação quando:



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

I – resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência: ou

II – a natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios.

Portanto, considerando os fatos apresentados onde os preços dos item reservados acabam ficando superior e as vezes de menor qualidade que o item de ampla concorrência, muitas vezes arrematado por uma microempresas, empresas de pequeno porte, e que indicamos que não há vantagem para a administração, além do mais a não previsão da cota de 25% está respaldada pelas ressalvas trazidas no corpo do Decreto Nº 8.538/2015, conforme supramencionada, e que a experiência tem demonstrado que, com a não previsão, a vantajosidade fica preservada, estão aqui apresentadas as devidas justificativas solicitadas para a não previsibilidade da reserva de 25% para MEs e EPPs nesta licitação, salvo melhor juízo

O. Exclusividade para ME e EPP:

Em atendimento ao disposto no Art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o qual estabelece que os itens cuja contratação **possuam valor inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)** devem ser destinados à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte.

P. Visita:

Em consonância com as recomendações do TCU - Acórdão 1955/2014 Plenário - **não será exigida a visita ao local dos fornecimento e da entrega dos insumos**, porém, recomenda-se às licitantes que seja realizada a visita aos locais onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças, por intermédio de pelo menos um técnico, indicado pela licitante, ou de seu representante legal ou responsável técnico, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.

Q. Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:

Os serviços a serem contratados serão executados no prazo de um ano, conforme consta do Termo de Referência e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

Registra-se ainda que, para o caso do Sistema de Registro de Preços, conforme Art. 7º, §2º do Decreto nº. 7.892, de 23/01/13, **não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do Contrato.**

Art. 7º - A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, (Art. 32 Alinea IV, lei 13.303/2016), e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 2º - **Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.**



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

R. Desapropriação:

Como os serviços referentes ao fornecimento, carga, transporte e descarga das máquinas e necessárias para a implantação de pequenas unidades têxtil voltadas para fomento da APL do artesanato e economia criativa de comunidades rural difusas em municípios no Estado de Pernambuco, ocorrerá em parceria com associações de agricultores, cooperativas de agricultores familiar, instituições de ensino e prefeituras municipais, fator que implicitamente condicionam que os locais de implantação das unidades sejam propriedades das instituições beneficiadas não há se falar de desapropriação.

S. Da divisão do objeto da licitação em lotes:

Em relação ao fornecimento, carga, transporte e descarga de equipamentos e máquinas necessárias para a implantação de 95 (noventa e cinco) pequenas unidades têxtil voltadas para o fomento das APL's do artesanato e economia criativa em comunidades rural difusas em municípios do Estado de Pernambuco, área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf, foi detectado a necessidade de apresentar o objeto em grupos de itens, uma vez que esse procedimento **evita que um determinado item deixe de ser fornecido podendo comprometer o pleno aproveitamento do projeto, interpretando que a compra por grupo permite que o fornecimento contemple o conjunto de equipamentos necessários para a completude do processo produtivo.**

T. Critério de Julgamento:

Na busca de minorar a possibilidade de possível “jogo de planilha” por parte das concorrentes, optou-se pela adoção do critério de julgamento das propostas tomando como base o **Menor Preço por grupo**, de acordo com o Art. 54 da Lei n.º 13.303/2016.

Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 54. Poderão ser utilizados os seguintes critérios de julgamento:

I - menor preço;

II - maior desconto;

III - melhor combinação de técnica e preço;

IV - melhor técnica;

V - melhor conteúdo artístico;

VI - maior oferta de preço;

VII - maior retorno econômico;

VIII - melhor destinação de bens alienados.

U. Divulgação do valor orçado:



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

Os valores orçado deverão ser divulgado em conformidade com o Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU – que determina que nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua **divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa**, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

A não adoção do orçamento sigiloso, também está fundamentada no art. 25 do Decreto n.º 7.724, de 16 de maio de 2012, por não se tratar de informação imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado, cuja divulgação ou acesso irrestrito possam: I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional; II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País; III - prejudicar ou pôr em risco informações fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais; IV - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população; V - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País; VI - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicos das Forças Armadas; VII - prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional, observado o disposto no inciso II do caput do art. 6º; VIII - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou IX - comprometer atividades de inteligência, de investigação ou de fiscalização em andamento, relacionadas com prevenção ou repressão de infrações. Elegeram-se pela divulgação do valor máximo aceitável para a contratação, bem como pelo modo de disputa aberto.

Nestes termos, os valores totais abaixo apresentado são os estimados para execução dos serviços de aquisição, incluindo **fornecimento, carga, transporte e descarga, de equipamentos e máquinas necessários para implantação de 95 (noventa e cinco) pequenas unidades têxtil** voltadas para fomento da APL do artesanato e economia criativa de comunidades rural difusas em municípios do Estado de Pernambuco, que está inicialmente orçado em **R\$ 4.966.448,95 (quatro milhões, novecentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e noventa e cinco centavos)**, Preços referenciados de Agosto e Setembro de 2023, atendendo ao disposto na Lei nº 13.303, de 30/06/2016, e no Decreto nº 7.983, de 08/04/2013, já inclusos o BDI, encargos sociais, taxas, impostos e emolumentos, constante do Anexo II deste Termo de Referência, sendo o valor máximo global aceito pela Codevasf.

V. Garantia de Execução (caução):

É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço/Fornecimento que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato.

W. Qualificação Técnica:

Os itens, que compõe a Qualificação Técnica (Habilitação) do presente TR, foram selecionados conforme a sua influência na execução dos serviços de fornecimento, carga, transporte e descarga de equipamentos e máquinas necessárias para a implantação de 95 (noventa e cinco) pequenas unidades têxtil voltadas para fomento da APL do artesanato e economia criativa de comunidades rural difusas em municípios do Estado de Pernambuco, área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf, muito embora alguns não sejam os mais caros, logo não sendo detectados pela curva ABC, são serviços com capacidade de implantar a realização



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

do serviços, devido sua relevância contextual e complexidade de execução e qualificação técnica exigida para sua realização.

Sobre a qualificação técnica dos concorrentes foi solicitado que eles apresentassem:

Atestado(s) em nome da licitante, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, descrevendo os fornecimentos/serviços de forma a permitir a constatação da experiência do licitante na execução de fornecimento de equipamentos, observando ou fornecimento similares ao objeto desta licitação:

X. Orçamento Público/Aberto:

A definição pelo orçamento público tem embasamento no Acórdão TCU nº 1502/2018 – Plenário. O referido instrumento é preciso quanto à obrigatoriedade de divulgação dos preços de referência em editais de licitação quando forem utilizados como critério de aceitabilidade das propostas, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

Y. Do serviço comum:

Esclarecemos que o objeto desta licitação, fornecimento, carga, transporte e descarga de de equipamentos e máquinas necessárias para a implantação de 95 (noventa e cinco) pequenas unidades têxtil voltadas para fomento da APL do artesanato e economia criativa de comunidades rural difusas em municípios do Estado de Pernambuco, área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf”, é qualificado como **SERVIÇO COMUM**, com perfil executivo típico, padronizável e objetivamente definido, conforme especificações usuais de mercado somado a frequente contratação, e por isso, elegeu-se a modalidade de “Pregão Eletrônico” com Sistema de Registro de Preços – SRP como forma de contratação.

PETROLINA/PE, 12 de Setembro de 2023

RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES:

Roberta Freire d Aguiar de Almeida
Analista em Desenvolvimento Regional

DE ACORDO:

Elijalma Augusto Beserra
Analista em Desenvolvimento Regional
Chefe da 3ª GRR/UDT



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

Grupo	Item	CATMAT	DESCRIÇÃO	UN	QT	Valor por Item	Valor Total
1	1	481254	Máquina de Costura Overloque Industrial - Máquina de Costura Completa com mesa fórmica, pé de ferro e motor acoplado ao cabeçote. Agulha e 3 fios com motor Direct Drive de alta eficiência, acoplado dentro do cabeçote.	un	95	R\$ 3.330,85	R\$ 316.430,75
	2	481694	Máquina de Costura Reta Industrial com Refilador - Máquina de Costura Completa com mesa fórmica, pé de ferro e motor acoplado ao cabeçote.	un	95	R\$ 4.364,13	R\$ 414.592,35
	3	257977	Máquina de Costura Galoneira Industrial Direct Drive Bivolt - Máquina de Costura Completa com mesa fórmica, pé de ferro e motor acoplado ao cabeçote.	un	95	R\$ 5.809,23	R\$ 551.876,85
	4	411722	Máquina de Costura Industrial Galoneira Fechada - Máquina de Costura Completa com mesa fórmica, pé de ferro e motor acoplado ao cabeçote	un	95	R\$ 4.297,58	R\$ 408.270,10
	5	272656	Máquina Zigue Zague 20U com Lubrificação Automática - Máquina de Costura Completa com mesa fórmica, pé de ferro e motor acoplado ao cabeçote	un	95	R\$ 2.691,54	R\$ 255.696,30
	6	238646	Máquina de Costura Interlock - Máquina de Costura Completa com mesa fórmica, pé de ferro e motor acoplado ao cabeçote.	un	95	R\$ 3.502,52	R\$ 332.739,40
	7	485488	Máquina de costura reta ponto picado - Máquina de Costura Completa com mesa fórmica, pé de ferro e motor acoplado ao cabeçote.	un	95	R\$ 4.707,75	R\$ 447.236,25
	8	485488	Máquina de Costura para Quilting e Patchwork - Máquina de Costura Completa com mesa fórmica, pé de ferro e motor acoplado ao cabeçote	un	95	R\$ 4.049,24	R\$ 384.677,80
	9	485487	Máquina de Corte Direct Drive 4 velocidades	un	95	R\$ 745,22	R\$ 70.795,90
	10	481271	Máquina Costura Industrial Travete Direct Drive - Máquina de Costura Completa com mesa fórmica, pé de ferro e motor acoplado ao cabeçote	un	95	R\$ 15.309,73	R\$ 1.454.424,35
	11	460720	Máquina de Cortar Viés de 1- faca - Máquina de Costura Completa com mesa fórmica, pé de ferro e motor acoplado ao cabeçote.	un	95	R\$ 3.470,62	R\$ 329.708,90
TOTAL GERAL							R\$ 4.966.448,95

1. DESCRIÇÃO DAS ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:

Quando se analisa o potencial econômico do projeto, assim como, os mercados de produção e consumo nacional e mundial é possível verificar a importância da indústria têxtil para a economia dos países em desenvolvimento. Mas para que esse processo ocorra de forma sustentável é necessário que os produtores possuam material e equipamentos compatíveis com as atividades a serem desenvolvidas. Pensando nesta adequação das unidades têxtil a Codevasf fez uma pesquisa de mercado tendo identificado as máquinas e equipamentos mais utilizados pelos produtores da APL da indústria têxtil.

Figura 09 e 10: Maquinas de Costura**FONTE: MERCADO (2022)**

Com base nas informações coletadas junto ao mercado e aos produtores foi produzida a lista de equipamentos/máquinas a seguir:

- I. **Máquina de Costura Overloque Industrial** - Máquina de Costura Completa com mesa fórmica, pé de ferro e motor acoplado ao cabeçote.

Agulha e 3 fios com motor Direct Drive de alta eficiência, acoplado dentro do cabeçote. O motor direct drive pode economizar energia de até 70%. Lubrificação automática, facilita a substituição de filtro e a limpeza, evitando o super aquecimento e a ruptura da linha na agulha. Sistema de refrigeração da agulha e linha lubrificada arrefecida por silicone. Pode ser equipada com acessórios variados para atender aos diferentes requisitos de costura, que não só reduz o custo de produção, mas também alcança economia de tempo do trabalho.

➤ **INFORMAÇÕES TÉCNICAS-ESPECIFICAÇÕES:**

Velocidade: 6.000 rpm;

Motor Direct Drive com Controle de Velocidade e Parada na Agulha;

Potência: 550W;

3 Fios;

Bitola média;

Largura do chuleado: 4 mm;

Comprimento do ponto 3,8 mm;

Número de Agulhas: 1;
Altura do Calcador 5,5 mm;
Lubrificação Automática;
Led Embutido.

II. Máquina de Costura Reta Industrial com Refilador - Máquina de Costura Completa com mesa fórmica, pé de ferro e motor acoplado ao cabeçote.

agulha, transporte inferior, faca refiladora com margem de 4.8 mm, lançadeira pequena, lubrificação automática, chave para acionamento/desacionamento da faca de refilar. Com conjunto de dentes de 4 carreiras, comprimento máximo de ponto de 5 mm. Para costuras em tecidos leves e médios em geral.

III. Máquina de Costura Galoneira Industrial Direct Drive Bivolt - Máquina de Costura Completa com mesa fórmica, pé de ferro e motor acoplado ao cabeçote.

➤ **INFORMAÇÕES TÉCNICAS-ESPECIFICAÇÕES:**

Motor Direct-Drive diretamente acoplado ao eixo da máquina;
Economia de energia mínima de 60%.;
Posicionador de agulha em cima/embaixo;
Base plana Fechada;
Trançador superior (removível) e inferior;
3 agulhas, 5 fios. Distância entre primeira e última agulha de 6.4mm (1/4");
Comprimento do Ponto de 1,2 a 4mm;
Lubrificação automática por bomba de óleo;
Velocidade de costura de até 6000 ppm, ajustável pela caixa de controle;
Visor do nível do óleo.
Voltagem: Bivolt.

IV. Máquina de Costura Industrial Galoneira - Máquina de Costura Completa com mesa fórmica, pé de ferro e motor acoplado ao cabeçote.

➤ **INFORMAÇÕES TÉCNICAS-ESPECIFICAÇÕES:**

Máquina Galoneira Convencional de Base Fechada
Máquina de ponto corrente;
Sistema automático de lubrificação;
Máquina de alta velocidade 6000 rpm e baixo nível de ruído;
Sistema de transporte com diferencial, de fácil manuseio;
Sistema de transporte simples por dentes impelentes;
Sistema de ajuste de comprimento do ponto de fácil manuseio.;;
Sistema de transmissão por correia dentada sincronizadora;
Sistema de trançador superior e inferior;
Sistema de reservatório de silicone superior e inferior;
Protetor de olhos, dedos e correia;
Pode-se adaptar aparelho aplicador de viés, galão e outros;
03 agulhas;
05 linhas;

Cumprimento máximo de 4,4 mm. do ponto;
6000 pontos por minuto;
Motor de 1/2 hp Bivolt 110v/220v.

V. Máquina Zigue Zague 20U com Lubrificação Automática - Máquina de Costura Completa com mesa fórmica, pé de ferro e motor acoplado ao cabeçote.

- **INFORMAÇÕES TÉCNICAS-ESPECIFICAÇÕES:**
Máquina de costura reta e ziguezague de ponto fixo e uma agulha para uma ampla gama de materiais, para tecidos leves e médios.
Costura facilmente para frente e para trás ajustando o sistema de alimentação reversa (retrocesso);
Largura do ponto ajustável;
Comprimento de ponto de ajuste simples;
Sistema de transporte simples com retrocesso;
Pode ser regulada para bordadeira, ziguezague ou costura reta (exceto 20U-309);
Enchedor de bobina embutido.
Máquina de Costura Completa com Mesa Fórmica, Pé de Ferro e Motor .

VI. Máquina de Costura Interlock - Máquina de Costura Completa com mesa fórmica, pé de ferro e motor acoplado ao cabeçote.

Máquina de Costura Interlock Industrial 5 Fios

- **INFORMAÇÕES TÉCNICAS-ESPECIFICAÇÕES:**
Máquina de ponto corrente;
Sistema automático de lubrificação;
Máquina de alta velocidade e baixo nível de ruído;
Sistema de transporte simples por dentes impelentes, com diferencial;
Sistemas de ajuste de comprimento do ponto e diferencial de fácil manuseio;
Sistema de reservatório de silicone superior e inferior;
Protetor de olhos, dedos e correia;
Máquina de design moderno e funcional;
Passagem de linha identificada através de cores gravadas internamente;
Visor do nível e fluxo do óleo;
Estante com regulagem de altura;
- **Dados Técnicos:**

02 agulha;
05 linhas;
Cumprimento máximo de 3,6 mm. do ponto;
Bitola média padrão 3mm;
Altura máxima do cacador 6 mm;
5000 pontos por minuto;
Motor de 1/2 hp Bivolt 110v/220v;
Largura do Overlock de 5 mm;
Completa com conjunto de manutenção (mesa, estante e motor)

Máquina de Costura Completa com mesa fórmica, pé de ferro e motor .

VII.A máquina de costura reta ponto picado - Máquina de Costura Completa com mesa fórmica, pé de ferro e motor acoplado ao cabeçote.

➤ **INFORMAÇÕES TÉCNICAS-ESPECIFICAÇÕES:**

Altura do Calcador: 8mm;
Comprimento do Ponto: 8mm;
Lubrificação: automática;
Motor: bivolt;
Número de Agulhas: 2;
Número de Fios: 1;
Tipo de Agulha: DBx1 e CPx12;
Tipo de looper: cego;
Velocidade: 2.000 ppm;

VIII. Máquina de Costura para Quilting e Patchwork - Máquina de Costura Completa com mesa fórmica, pé de ferro e motor acoplado ao cabeçote.

➤ **INFORMAÇÕES TÉCNICAS-ESPECIFICAÇÕES:**

100 pontos incluindo 8 caseados para botão e 8 pontos de aplique;
1 fonte de letra costurada;
Mesa extensora e kit de calcadores para patchwork incluso;
Enfiador de linha na agulha;
Deslocamento da posição da agulha;
Caseador automático de 1 passo;
2 estágios de altura do calcador;
Braço livre para costura tubulares;
Iluminação Led;
Posicionador de agulha, botão de retrocesso, liga e desliga, controle de velocidade;
Sistema de passagem de linha da bobina preciso e a prova de erro;
Estrutura interna reforçada;
Cortador de linha integrado;
Ajustes prático e rápido dos pontos;;
Lançadeira rotativa (praticidade na troca da linha da bobina)
Forte, resistente e silenciosa;
Costura várias camadas de tecidos;
Funciona com ou sem pedal, através do botão liga/desliga;
Botões de ajustes práticos a seu alcance.

Costuras e acabamentos, costura decorativa, quilting reto e livre, patchwork, o acionamento da costura pode ser através do pedal ou do botão iniciar/parar, 8 tipos de caseado de botão automático de uma etapa, costura básica, customização.

Pontos exclusivos, prática e fácil de se manusear, máquina de costura básica e patchwork, acabamentos, consertos em geral, zíper, quilt livre e quilt reto, 6 pontos caseado para Patch Apliqué sendo um deles duplo, no total são 100 (cem) tipos de

pontos utilitários e decorativos e 1 (uma) fonte monogramas para compor nomes costurados com altura de 7 mm na letra maiúscula.

Área de costura conta com uma excelente Iluminação de Led, braço livre, bobina rotativa, enfiador de linha na agulha, acessórios para quilt e patchwork incluso, mesa extensora incluso.

Acessórios inclusos:

Calcador para zigue-zague “J”;
Calcador para casas de botões “A”;
Calcador para chuleados “G”;
Calcador para monogramas “N”;
Calcador para zíper “I”;
Calcador para ponto invisível “R”;
Calcador para pregar botões “M”;
Calcador de transporte duplo;
Calcador para quilting-;
Calcador de 1/4 pol. para quilting;
Guia de quilting;
Abridor de casas;
Mesa extensora;
Pedal;
Bobina (4);
Conjunto de agulhas;
Agulha dupla (1 agulha 90/14);
Agulha ponta bola;
Chave de fenda com formato de disco;
Retentor do carretel (grande);
Retentor do carretel (médio);
Retentor do carretel (pequeno);
Pino do carretel extra;
Vazador de ilhós;
Escova de limpeza;
Manual de operações;
Guia de referência rápida;
Capa protetora;
Garantia de 01 ano;
Voltagem = Autovolt;

IX. Máquina de Corte Direct Drive 4 velocidades

- **CARACTERÍSTICAS: 4 POLEGADAS**
- **INFORMAÇÕES TÉCNICAS-ESPECIFICAÇÕES:**
 - CAPACIDADE DE CORTE: 35mm de corte seguro;**
 - POTÊNCIA : 250W;**
 - VELOCIDADE: 4 velocidades, sistema exclusivo com 600, 800, 1000 e 1200 RPM;**

TAMANHO DO DISCO: 4 polegadas;
VOLTAGEM: 110v ou 220v;

ITENS INCLUSOS:

Rebolo reserva (amolador);
Chave para troca de disco;

X. Máquina Costura Industrial Travete Direct Drive - Máquina de Costura Completa com mesa fórmica, pé de ferro e motor acoplado ao cabeçote.

➤ **CARACTERÍSTICAS:**

Máquina Costura Industrial Travete Direct Drive 220v SS1850D-TZ-SU -
Máquina de costurar tecido, para confecção de vestuário, de uso industrial, não automática, tipo travete 42 pontos.
Indicada para tecidos extrapesados e para confecções de boné, camisaria, jeans, malharias, bolsas, moda íntima, moda praia, uniformes, fitness, infantil, etc.

- Motor Direct Drive
- Tensão: 220v
- Pannel De Controle
- Lançadeira Pequena Oscilante
- Sistema Microprocessado Direct Drive,
- Completa com Acessórios
- Velocidade 2300ppm
- Tipo De Agulha: DPx17
- Micro Lubrificação
- Altura Do Calcador: 17mm
- Tamanho Do Ponto: 16mm no X e 03mm no Y;
- Máquina completa com mesa e pé montadas

XI. Máquina de Cortar Viés de 1- faca -- Máquina de Costura Completa com mesa fórmica, pé de ferro e motor acoplado ao cabeçote.

➤ **INFORMAÇÕES TÉCNICAS-ESPECIFICAÇÕES:**

Corta um Rolo por vez;
Corta e enrola o viés para uso com Aparelhos;
Regua de medição;
corte de até 17 cm de largura;
Corte com precisão;
Motor Bivolt 110/220 V;
Ótimo acabamento.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional

ANEXO III

LOGOMARCA DA CODEVASF

A impressão da logomarca da Codevasf nos equipamentos que serão objetos de doação deverá seguir o modelo a seguir:



A impressão deverá ser realizada em 2 (dois) locais visíveis e respeitar as seguintes medidas: 33 cm (largura) x 10 cm (altura), ou com dimensão proporcional ao tamanho do bem a ser identificado. Caso os equipamentos possuam fundos de cores instáveis ou que dificultem a leitura, será exigido o uso de moldura na cor branca.

A logomarca da Codevasf será composta por cores que representam as atividades desenvolvidas pela Empresa, quais sejam: **azul** que representa as águas dos rios São Francisco e do Parnaíba, e **verde** que identifica as plantações irrigadas com a proteção da carranca, que é um símbolo tradicional e forte da região.

Na confecção da logomarca serão utilizadas combinações das cores Pantone verde (348) e azul (286).

A fonte utilizada na palavra CODEVASF será Futura Bold.





Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

MATRIZ DE RISCOS PARA O PROCESSO LICITATÓRIO OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO MEDIANTE O FORNECIMENTO, CARGA, TRANSPORTE E DESCARGA DE EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS PARA IMPLANTAÇÃO DE AÇÕES DE INCLUSÃO PRODUTIVA VOLTADAS PARA FOMENTO DA APL DA INDÚSTRIA TEXTIL EM COMUNIDADES RURAIS DIFUSAS EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, ÁREA DE ATUAÇÃO DA 3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF.

Item	Risco	Definição	Alocação (Codevasf, Contratada ou Compartilhada)	Impacto (Alto, médio ou baixo)	Probabilidade (frequente, provável, ocasional, remota ou improvável)	Medidas, procedimentos ou mecanismos para minimizar o risco
01	Serviço de fornecimento embargado por fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego devido descumprimento da Legislação Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho	A falha na gestão do serviço levou ao cometimento de falhas, erros ou ilícitos que resultaram no embargo do empreendimento por parte do fiscal do trabalho.	Contratada	Médio	Ocasional	A Contratada deverá apresentar ao órgão notificador as necessárias defesas e promover a liberação do empreendimento devendo arcar com os ônus do processo e multas decorrentes.
02	Ocorrência de acidentes envolvendo operários e/ou terceiros durante o fornecimento dos materiais, nas etapas de transporte, implantação, montagem, manutenção, desmontagem e remoção de material ou equipamentos.	Decorrente da execução do objeto do contrato ocorreu acidente ou danos a profissional ou terceiros que levaram a custo de recuperação, indenização ou reparação.	Contratada	Baixo	Ocasional	A contratada deverá diligenciar junto aos órgãos administrativos para o atendimento das condicionantes para a liberação da serviços bem como deverá assumir os custos resultantes do acidente não cabendo a indicação da Codevasf como parte da demanda.
04	Necessidade de abertura de caminhos para a realização do transporte de materiais a serem usados no empreendimento.	Durante o trajeto para a entrega no C3 foi identificada a necessidade de abertura de caminhos de acesso à execução ao local de depósito em virtude do tipo de veículo utilizado pela transportadora.	Contratada	Baixo	Improvável	Os serviços necessários para dá acesso ao local de entrega dos equipamentos não estão previstos em planilha orçamentária e necessariamente deveriam ser observados pela contratada no momento de apresentação de preço para sua contratação



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

05	Falta de insumos ou produto no mercado necessários à execução do fornecimento de máquinas e equipamentos contratados.	Possibilidade de falta no mercado local ou regional de produtos e insumos, previsto em planilha e necessários a execução da unidade.	Contratada	médio	Ocasional	A Contratada deverá diligenciar junto ao comércio para aquisição dos produtos ou na impossibilidade substituir por outro similar com qualidade igual ou superior.
06	Falta de mão-de-obra qualificada para operação de equipamento de descarga ou carga necessários para execução dos serviços de fornecimento das máquinas equipamentos.	Dificuldade da contratada em conseguir profissionais com habilidade para trabalhar na execução do objeto contrato, gerando dificuldade para atendimento ao cronograma.	Contratada	Baixo	Improvável	A Contratada deverá promover meios para capacitação ou/e formação de profissionais da região para atendimento das necessidades de sua planta industrial ou buscar em outro mercado.
07	Desistência do contratado em continuar com o contrato.	A contratada decide não dá continuidade a execução dos serviços objeto do contrato.	Contratada	Alto	Ocasional	Neste caso, por não ter realizado ou ter realizado com falha os estudos de mercado para entrar na atividade, caberá à contratada arcar com os ônus da quebra de contrato, mediante pagamento de multa.
08	Atraso no pagamento das medições por inércia da Codevasf.	Ocorrência de fatores que levam a contratante a não adimplir eventualmente uma ou algumas parcelas referente a contrapartida pelos serviços executados.	Codevasf	Baixo	Ocasional	A contratada deverá demonstrar o tamanho do dano e solicitar o ressarcimento por parte da Codevasf.
09	Atraso no pagamento das medições por falha ou omissão da Contratada na entrega dos documentos do BM, a contratada deixar de fazer ou demorar em fazer uma obrigação sua.	Ocorrência de fatores que levam a Codevasf a não adimplir eventualmente uma ou algumas medições em decorrência de erro, omissão ou fato atribuído a contratada.	Contratada	Baixo	Ocasional	Por não ter realizado ou ter realizado com falha a produção dos documentos necessários para o andamento do processo de medição, a contratada deverá assumir os ônus de sua ação, não fazendo jus aos juros de mora e devendo arcar com multas decorrentes do atraso.
10	Falta de material ou serviço necessários à execução do serviço e não previsto no projeto ou na	Durante a execução do contrato foi verificado a inexistência de previsão na	Codevasf	Médio	Ocasional	A Contratada deverá apresentar a Codevasf a lista de serviços ou insumos não existentes em



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

	planilha.	planilha orçamentária de insumos ou serviços necessários a execução dos serviços objeto do contrato.				orçamento e necessários a conclusão dos serviços, demonstrando as razões, de forma fundamentada, munidos de orçamentos e solicitando o aditivo e a dilatação do prazo do empreendimento. A Codevasf, após avaliação, por parte da fiscalização, da veracidade e impacto dos fatos alegados, proporá o aditivo ao prazo de carência.
11	Insuficiência do prazo previsto em contrato para a execução do fornecimento dos insumos necessários a implantação do projeto simplificado de irrigação.	Por motivos aleatórios ou não previsto no processo de licitação o tempo indicado para a execução do objeto contrato foi insuficiente para execução de todos os serviços de entrega dos insumos adquiridos.	Compartilhada	Alto	Remoto	A Contratada deverá apresentar a Codevasf as razões da não conclusão dos serviços, apresentado nos as razões, de forma fundamentada a dilatação do prazo de vigência do contrato. A Codevasf, após avaliação, por parte da fiscalização, da veracidade e impacto dos fatos alegados, proporá o aditivo ao prazo de carência.
12	Cometimento de dano ou crime ambiental por parte do contratada	Durante fornecimento dos produtos ou a implantação ou operação do sistema a Contratada, por culpa ou dolo, cometer dano ou crime ambiental que leva a suspensão ou paralisação da operação da planta industrial.	Contratada	Alto	Remoto	Uma das formas de minimizar este risco é a contratação de seguro ambiental. Todavia, em caso de ocorrência do fato, a contratada deverá responder pelo dano ou crime ambiental causado, não cabendo a inclusão da Codevasf no polo passivo da demanda ambiental. Dependendo da gravidade do ato a Codevasf poderá multar a contratada e/ou rescindir o contrato.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

13	O valor adotado como referência para a execução de serviços ou fornecimento de equipamentos é inferior ao do mercado, não aparecendo empresa para concorrer ao certame licitatório.	No caso de não existência de pessoas físicas ou jurídicas com interesse em participar da licitação decorrente do valor adotado para o pagamento da contrapartida ser inadequado, o que torna inexecutável a administração do negócio.	Codevasf	Alto	Ocasional	Neste caso será necessário a reavaliação do valor da contrapartida e realização de um novo certame licitatório com condições mais adequadas à realidade do mercado.
14	Índice de reajustamento indicado no contrato parou de ser informado pelo instituição responsável pela publicação, impossibilitando a indicação do índice a ser utilizado no reajustamento	Ação política ou econômica leva à extinção do índice de reajuste indicado no contrato e não indica outro índice que deve ser utilizado para reajustamento dos contratos.	Compartilhada	baixo	Improvável	Neste caso as partes deverão negociar um novo índice que será adotado como base de reajuste, este procedimento resultará em um aditivo ao contrato.
15	A taxa de reajustamento realizado pelos índices indicados no contrato é insuficiente para remunerar a execução do objeto contratado.	Ocorrência de fatores que levam ao reajuste do valor do contrato de acordo com os índices indicados no instrumento contratual, mesmo assim o nível de reajuste foi insuficiente para compensar a contratada pelo valor do empreendimento.	Contratada	Baixo	Remoto	Neste caso, em tese, caberá à contratada arcar com os ônus do aumento, visto que este é um risco do negócio. Todavia caso este aumento seja derivado de causa como fato do príncipe ou outro fator previsto na legislação vigente, poderá as partes compor, realizando aditamento do contrato.
16	Fatores climáticos e hídricos comprometem o andamento do cronograma de execução das atividades de entrega do material, impedindo a execução do serviço.	A ocorrência de problemas climáticos que levam ao serviço a parar por falta de matéria prima.	Contratada	Médio	Ocasional	Os locais de execução do objeto estão localizados em uma região semiárida onde os períodos de seca são comuns, logo este deve ser um dos elementos que devem fazer parte do estudo de mercado que os concorrentes devem realizar para entrar na atividade, logo estes fatos devem ser absolvidos pela contratada, só sendo passível de



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

						justificativa se as incidências de chuvas forem fora do previsível.
17	Variação cambial do dólar	A variação cambial compromete o fornecimento ao ponto de prejudicar sua viabilidade econômica.	Contratada	Médio	Provável	Contratar um seguro cambial. Contratos e/ou atividades sujeitos à variação de moeda estrangeira podem ser protegidos por operações de hedge e, portanto, não podem ser causa para reequilíbrio contratual.
18	Greve dos meios de transportes	Uma possível ocorrência de movimento grevista no setor de transporte impedindo a chegada e saída de insumos ao canteiro de apoio, prejudicando a operação do serviço de fornecimento.	Compartilhada	Alto	Remota	Neste caso é possível pleitear o aditamento do contrato por período igual ao tempo de duração do movimento paredista.
19	Falta de recursos para execução do contrato.	Falta de recurso financeiros para iniciar ou contratar a execução do objeto de instrumento contratual	Codevasf	Médio	Ocasional	Caso não exista recursos para contratação dos serviços a Codevasf não realizará a celebração do contrato, todavia se durante a execução do contrato ocorrer a falta de recurso a Codevasf deverá fazer a medição dos serviços realizados e efetuar o pagamento
20	Aumento dos custos de fretes acima da inflação.	Aumento das tabelas de fretes e diesel vindo a resultar em dificuldades de funcionamento do objeto do contrato.	Contratada	Médio	Ocasional	A Contratada deverá arcar com os custos tendo em vista que esta eventualidade é um risco do negócio.
21	Greve Coletivas de trabalhadores	Ocorrência de movimento grevista relacionados aos trabalhadores da contratada, levando a paralisação dos serviços e resultando no atraso do cronograma.	Contratada	Baixo	Frequente	Este fato não enseja a ocorrência de aditivo de prazo.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

22	Dano na estrutura da edificação vizinha ou bens de terceiros por profissional relacionado com a contratada	A ocorrência de fatos envolvendo profissional relacionado com a Contratada que venha a provocar danos ao bem da Codevasf ou de terceiros enquanto estiver na guarda da Contratada.	Contratada	Médio	Ocasional	Necessariamente deve ser realizada a aquisição de um seguro de bens para proteção do patrimônio da Codevasf, em destacando que neste caso, a obrigação de conservação e preservação do patrimônio da Codevasf é da empresa Contratada.
23	Roubo ou furto vultoso de material, equipamentos e insumos no canteiro de apoio a realização dos serviços contratados.	Ocorrência de roubo ou furto de equipamentos do canteiro durante a execução do contrato, acarretando atraso no cronograma de execução	Contratada	Baixo	Remota	O objeto do contrato está sobre o domínio da contratada até a lavratura do termo de entrega definitiva, a guarda, manutenção, segurança e cuidado são de inteira responsabilidade da contratada.
24	Necessidade de alteração do prazo do contrato em decorrência de fato superveniente ao conhecimento.	Necessidade de aprovação pela Codevasf da alteração no prazo do contrato em decorrência de fatos imprevisíveis ao de difícil previsibilidade ao termo pactuado.	Compartilhada	Baixo	Ocasional	A contratada deverá fundamentar sua solicitação com elementos factuais e jurídicos que possibilitem a realização do aditivo, caso o fato que encerrou ao pleito esteja amparado pela legislação vigente, as partes pactuaram e o prazo poderá ser aditado.
35	Greve do setor de tributos impedindo a chegada de material para execução do serviço objeto do contrato.	Uma possível ocorrência de movimento grevista na receita estadual ou federal que impeça a chegada de insumos para o serviço retardando sua execução.	Compartilhada	Médio	Remota	Neste caso é possível pleitear o aditamento do contrato por período igual ao tempo de duração do movimento paredista.
26	Lockdown	Paralisação da cidade, região ou país levando a paralisação das atividades dos parques fabris.	Compartilhada	Alto	Remota	Neste caso é possível pleitear a paralisação temporária ou aditivo do contrato por período igual ao tempo de duração do movimento paredista.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

27	Alterações Tributárias	Mudança na legislação tributária que altere os valores.	Compartilhada	Médio	Remota	Aditivo para reequilíbrio econômico-financeiro ao contrato.
28	Férias Coletivas	Férias coletivas do fabricante ou fornecedor.	Contratada	Baixo	Frequente	Não será permitido aditivo de prazo em concorrência deste tipo de evento.
29	Necessidade de fornecer equipamento ou material ofertada pela contratada na licitação com alteração de marca ou especificação.	Encerramento de fabricação de modelo ofertado pela licitante no período de fornecimento.	Contratada	Alto	Ocasional	Contratada deverá apresentar produto ou nova marca com especificações iguais ou superiores para aprovação pela fiscalização sem aumento dos custos.
30	Entrega dos produtos contratados em desacordo com as características e especificações do Edital e seus anexos.	Não verificação pela contratada da especificação do equipamento descrita no Edital.	Contratada	Alto	Remota	Contratada deverá promover imediata correção, adequação ou substituição do fornecimento em compatibilidade com a especificação mínima do Edital
31	Greve da Receita Federal do Brasil	Greve da Receita Federal nos fornecimentos importados devidamente comprovados os impactos.	Codevasf	Alto	Remota	Aditivo de prazo.
32	Dificuldade de aquisições de matéria-prima.	Aumento dos custos ou atrasos nos fornecimentos de matéria-prima para fabricações.	Contratada	Médio	Ocasional	Empresa renegociar valores com fornecedor ou alterar o mesmo.
33	Estimativa de prazo de entrega.	Aceitação do prazo de edital para entrega dos fornecimentos e não conseguir cumprir até um limite de 25% superior ao mesmo, sem nenhum fato superveniente previsto nesta matriz de risco para aditivo de prazo.	Contratada	Médio	Ocasional	Recebimento dos materiais, equipamentos ou máquinas pela Codevasf com a aplicação das sanções previstas no edital.
34	Interrupção do contrato	Verificação da impossibilidade provisória recebimento do equipamento por parte da	Compartilhada	Baixo	Remota	Interrupção da contagem do prazo de entrega.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

		Codevasf.				
35	Dano aos materiais, equipamentos ou insumos na descarga dos itens de fornecimento	Dano na descarga ou organização dos materiais, equipamentos ou máquinas na entrega.	Contratada	Médio	Remota	Substituição imediata do material, equipamento ou máquina danificado pela Contratada na descarga.
36	Dano no frete dos itens de fornecimento	Dano durante o transporte dos materiais, equipamentos ou máquinas.	Contratada	Médio	Remota	Substituição imediata do material, equipamento ou máquina danificado pela Contratada durante o transporte.
37	Roubo ou extravio de cargas	Roubo da carga ou extravio da mesma.	Contratada	Alto	Remota	Aditivo de prazo após a devida comprovação do fato.
38	Variação de local de entrega	Mudança nos locais de entrega dos materiais, equipamentos ou máquinas por interesse da Codevasf dentro dos previstos no estado de Pernambuco.	Compartilhada	Baixo	Ocasional	A Codevasf deverá avisar quando da emissão da Ordem de Fornecimento e não ocorrerá alteração do valor do preço ofertado por parte da Contratada.
39	Variação no prazo de pagamentos	Pagamentos após decorridos 30 (trinta) dias contados a partir da data do atestado de conformidade e entrega da nota fiscal.	Codevasf	Alto	Provável	A Contratada deverá solicitar o pagamento da atualização monetária conforme o disposto no art. 5, anexo XI da IN 05/2017 e possuir capital de giro para os fornecimentos.
40	Variação de Medidas Específicas de materiais e equipamentos	Materiais e equipamentos fora da conformidade especificada pela licitação	Contratada	Alto	Provável	A contratada deverá assumir a responsabilidade, realizando uma triagem, posteriormente uma adequação de medidas.

ANEXO DA MATRIZ DE RISCOS – ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Na inexistência de outra regra contratual, quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento da contrapartida por parte da contratada o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I=(TX/100)$$



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

365

$EM = I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.